

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

ATA N.º 078 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Invocando a proteção de Deus, fonte de sabedoria e justiça, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta a presente Sessão Especial, convocada pela nossa pessoa aqui na Assembléia Legislativa, pelo Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, João Antônio Malheiros, pela Vereadora Enelinda Scalla, com a finalidade de discutir o tema drogas e seus impactos sociais.

Convido para compor a Mesa o 1º Secretário da Casa, Deputado Riva; a Deputada Serys Slhessarenko para ocupar a 2ª Secretaria; o ilustre Desembargador Manoel Ornellas, representando o Tribunal de Justiça de Mato Grosso; a ilustre Vereadora Enelinda Scalla; o Dr. Zanizor Rodrigues da Silva, representando o Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso, Dr. Júlio Müller.

Convidamos a todos para que de pé ouçamos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO)

O SR. PRESIDENTE(HUMBERTO BOSAIPO) - A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso tem a honra de realizar, pela primeira vez, em sua história uma Sessão em conjunto com a Câmara Municipal de Cuiabá com a finalidade de discutir a questão das drogas em nosso Estado.

Primeiramente queremos parabenizar o Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Dr. João Malheiros, os demais Vereadores pela iniciativa, destacadamente a Vereadora Enelinda Scalla. Foi com ela que travamos aqui os nossos primeiros contatos e foi uma idéia que surgiu de uma conversa nossa, que não tem nada a ver com a questão política que está rolando por aí...

A SRª SERYS SLHESSARENKO (FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Foi muito antes da verticalização, Deputada Serys Slhessarenko.

E, queremos, por isso mesmo, em especial, parabenizar a Vereadora Enelinda Scalla, autora do Requerimento na Câmara, pela sua dedicação na organização desta Sessão.

As drogas são um dos principais fatores, senão o principal, pelo crescimento da violência e criminalidade em nosso País e em nosso Estado.

Há uma grande preocupação nossa, como Deputado, como pai e cidadão, quanto ao crescimento do consumo de drogas. A intensificação do combate às drogas, prevenção, repreensão e tratamento, tem ocorrido de maneira muito mais lenta que o crescimento do consumo e principalmente do tráfico de entorpecentes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Mato Grosso é um dos Estados que apresenta um dos maiores crescimentos econômicos de nosso País. Em contrapartida temos inúmeros problemas sociais. Segundo dados do IBGE, no Brasil, existem trinta e dois milhões de pessoas miseráveis. Em Mato Grosso, são seiscentos mil e 25% da população vive na miséria. Essas pessoas ganham uma renda máxima de até R\$ 70,00 reais/mês. Outra preocupação social é o índice de analfabetos, temos hoje em nosso Estado, duzentos e vinte mil analfabetos, 11,1% do total da população.

Segundo dados da UNESCO, Mato Grosso ocupa a 5ª posição nacional em números de homicídios, 7ª em suicídio e 2ª em mortes no trânsito.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, divulgada em maio do corrente ano, 7,2% dos alunos usam drogas todos os dias, dentro das Escolas Públicas e Particulares de Mato Grosso, 15,9% se dopam ocasionalmente. Do lado de fora, este percentual cresce: 32,4% responderam que sim, fumam maconha, cheiram cocaína ou ingerem outros tipos de drogas, na chegada, nos intervalos das aulas ou na saída. São todos eles munidos e abastecidos por traficantes que atuam dentro de 12,3% das unidades, eventualmente, e nas imediações das escolas, próximo de 6%.

Segundo dados da Polícia Federal a apreensão de maconha aumentou 127% no ano passado, quando foram apreendidas 157 toneladas da droga, contra 69 toneladas capturadas no ano anterior. Em 2001 foram apreendidos 78,3 mil comprimidos de *extasy*, que é uma droga nova.

Face à situação gravíssima, diversas medidas estão sendo tomadas pelo Governo Federal. Dentre elas, podemos citar a criação pelo Ministério da Justiça do Programa Força-Tarefa-PROFORT, oficializada ontem. Este Programa cria a primeira equipe em nível nacional, formada por agentes federais, policiais civis e militares de Estados diferentes.

Neste sentido, a Assembléia Legislativa realizará gestões junto ao Governo Federal no sentido de incluir nosso Estado nesse programa o mais rápido possível. Só de fronteira seca, divisa com a Bolívia, nós temos mais de setecentos quilômetros.

Temos também, a possibilidade das empresas colaborarem financeiramente para a redução da violência urbana, através da doação de 1% do Imposto de Renda devido à Receita Federal ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente.

Em nível federal temos ainda os Projetos de Leis aprovados na Comissão Mista de Segurança Pública, do Congresso Nacional, entre os quais destacamos a prisão preventiva obrigatória de acusados de envolvimento com o tráfico de drogas, que terão, em decorrência, seus bens tornados automaticamente indisponíveis.

Em nível estadual, a legislação existente trata principalmente da prevenção do uso de drogas e do tratamento de pessoas dependentes. A Lei n.º 6.677, de 07/11/95, que institui a obrigatoriedade de esclarecimento sobre os efeitos do uso de drogas nas escolas da rede pública e privada do Estado. A Lei n.º 7.425, de 22/05/01, que dispõe sobre a cessão pelo Poder Executivo, de espaço livre em seus próprios, com o objetivo de divulgação de campanhas educativas contra drogas. Já a Lei n.º 7.483, de 31/07/2001, que torna obrigatória a inclusão, no Programa de Disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, de estudos do uso de drogas e dependência química. A Lei n.º 7.343, de 28/11/2000, institui o Programa Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente dependentes de drogas.

Finalmente, temos a Lei n.º 7.337, de 22/11/2000, que institui no âmbito das escolas públicas a Semana de Prevenção, Orientação e Combate ao Consumo de Drogas, Alcool e Fumo.

Não podemos deixar de citar os trabalhos da CPI do Narcotráfico, da qual a Deputada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Serys Slhessarenko foi a Presidente e eu tive a honra de ser Relator. Diversas sugestões foram feitas no Relatório Final e encaminhadas aos poderes constituídos estaduais e federais. Podemos citar, entre outras, a criação de uma base especial da Polícia Federal na fronteira, inclusive uma base aérea com os aviões Mirage que, hoje, estão na cidade de Anápolis.

Endossamos a palavra do Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, que afirmou: “As decisões legislativas não serão, por si só, capazes de garantir combate mais eficaz à criminalidade. O problema é mais de ação do que de legislação.”

Não podemos deixar de parabenizar as entidades que prestam serviços voluntários, entidades como: Amor Exigente, AL-ANON, NARANON, Pastoral da Sobriedade, Lar Cristão, UNESCO, Grupo Alcoólatras Anônimos, Siminino, Polícia Militar, Conselhos Tutelares, Pastoral do Menor, Maçonaria, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, dentre outras.

Precisamos continuar trabalhando juntos, pois somente juntos conseguiremos vencer esse mal.

Vida Sim, Drogas Não! Muito obrigado. (PALMAS).

Eu passo a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Vereador João Malheiros.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, amigo de longa data, nobre Vereadora Enelinda Scalla, que, como já fora dito pelo meu companheiro Deputado Humberto Bosaipo, foi baluarte, foi extraordinária, foi uma pessoa que deu tudo de si, nesses dias, para que nós pudéssemos, hoje, evidentemente, estarmos, aqui, tratando deste angustiante problema.

Então, Vereadora Enelinda Scala, o nosso agradecimento especial por ter a oportunidade de naquela Casa de Leis ter entre tantos Vereadores, e todos excelentes Vereadores, mas ter Vossa Excelência aqui, e destacamos o nosso carinho especial. Aos demais componentes da Mesa, eu saúdo na pessoa do 1º Secretário da Casa, nosso amigo Deputado Riva.

Prezados Senhoras e Senhores:

“O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem casa, sem saúde, portanto, sem cidadania. Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar”. Ulisses Guimarães, ao Promulgar a vigente Carta Constitucional, em 05.10.1988.

A motivação maior proposta pelos honrados Parlamentares das augustas Casas de Leis do Estado de Mato Grosso e da sua eterna Capital, Cuiabá, a droga, cuja questão desdobra-se em outras tantas e ferem de morte a célula *mater* da sociedade, a família, convulsionando toda estrutura da própria sociedade e do Estado.

Numa rápida incursão ao passado, nunca é demais lembrar, através de abundantes informações históricas que evidenciam que os povos antigos conheciam e utilizavam drogas em seus atos religiosos, em suas práticas medicinais, ou em atividades bélicas, artesanais, na caça e na pesca. Beristain lembra que, na China, 3.000 anos antes de Cristo, tratados farmacológicos descrevem a *cannabis* e seus efeitos, maconha.

Também, como o Deputado Humberto Bosaipo, nós muito tempo depois é que ficamos sabendo o que é maconha, o que é tudo. Buscando nas nossas reminiscências e aqui vendo tanta gente cuiabana, que está e viveu aquele Cuiabá de portas abertas, onde se falasse em craque, deveria ser pião, alguém que estivesse jogando bola. Nós não conhecíamos, éramos totalmente ignorantes. E a realidade, enfim, é outra e nós temos que estar preparados para podermos todos juntos enfrentá-la.

Na Grécia Antiga, igualmente em relação ao ópio, sendo tais substâncias, da mesma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

forma conhecidos e utilizados pelos persas, árabes, romanos, turcos, ou ainda pelos indígenas da América Latina, na época pré-Colombiana. Não tinham as drogas, então, um valor econômico.

É somente com o advento do capitalismo que as drogas adquiriram o valor de troca, e se transformaram em mercadorias, organizando-se sua produção e distribuição como atividade econômica, disseminando o consumo e gerando grandes lucros e fortunas.

Transportando-se para o período colonial, em nossa América Latina, basta lembrar dos índios comprando folhas de coca, em lugar de comida, com as escassas moedas obtidas em troca do seu trabalho.

Mas, pensa-se também, hoje, no Brasil, na evidente relação entre a fome, as precárias condições de vida e a cachaça, mais barata do que o feijão, a fome, o abandono das crianças de rua e a prática de cheirar cola, substitutivos alimentares para o corpo e para o espírito, ao trágico preço da abreviação da vida.

Talvez seja, neste tema drogas, onde mais fortemente se manifeste a enganosa publicidade do sistema legal/penal, apresentado como instrumento capaz de solucionar conflitos, de fornecer segurança e tranquilidade, via punição dos autores de condutas que a lei define como crimes.

O encobrimento das razões históricas, econômicas e políticas determinantes da distinção entre drogas lícitas e ilícitas, distinção que pouco ou nada tem a ver com a maior ou menor potencialidade de dano de umas e outras e que envolve as drogas qualificadas de ilícitas numa de mistério e fantasia; o superdimensionamento do problema, tratado sob uma ótica definida nos países centrais, quando existem, nos países periféricos, problemas muito mais sérios em matéria de saúde pública; a utilização de fatores como o desenvolvimento de grandes organizações criminosas e a violência da disseminação das drogas; tudo isto acaba por criar um clima de pânico, de alarme social, seguido pela demanda de mais repressão, de maior ação policial, de penas mais rigorosas, como costuma acontecer em situações que comovem e assustam o conjunto da sociedade.

Colocando-se, como de fato deve ser colocada, a saúde como centro de referência no tratamento da questão das drogas, de início, se poderá perceber a desmesurada importância que se dá a essa questão nos países periféricos.

Longe de atingir a dimensão dos problemas norte-americanos ou europeus, a importância das drogas, no quadro da saúde pública, no Brasil, como nos demais países de nossa margem, é efetivamente suplantada por uma situação trágica, em que não conseguimos resolver sequer problemas extremamente simples, como o controle de doenças preveníveis por vacinas (no Brasil, segundo dados do UNICEF, morrem cerca de 8.600 crianças, anualmente, de doenças como tétano, difteria e até sarampo).

Mas, ao se tratar da questão específica, a substituição da fantasia pela realidade irá demonstrar que a substância que pode ser vista, efetivamente, como um problema, muito mais sério do que os eventualmente provocados por qualquer droga qualificada como ilícita é o álcool.

Pesquisas realizadas em 1989, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas e Psicotrópicos da Escola Paulista de Medicina, constatou, num universo de 67.478 pessoas internadas em hospitais psiquiátricos, públicos e privados, de todo o Brasil com problemas dessa natureza, 64.000 - ou seja, 94,8% - internações relacionadas com o abuso de álcool e apenas 3.478 relacionadas como drogas qualificadas como ilícitas, o que levou a coordenadora da pesquisa, Beatriz Carlini Cotrim, a afirmar que “apesar de as mortes por *overdose* de cocaína terem chocado muito a população ultimamente, o grande problema brasileiro continua sendo o consumo de álcool”.

Mas, às perturbações psíquicas, hão que se somar, sejam as doenças físicas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

diretamente causadas pelo abuso de álcool, sejam as mortes e lesões a ele associadas, notadamente na circulação de veículos, em espancamentos domésticos, ou brigas em bares e outros locais abertos.

A substituição da fantasia pela realidade demonstra que o álcool pode debilitar, ferir ou matar incomparavelmente mais do que qualquer droga qualificada como ilícita, afirmação válida até mesmo para outros países, onde o consumo abusivo de drogas ilícitas atinge dimensões bem maiores do que as que se podem constatar em países como o nosso.

Na Espanha, por exemplo, o álcool constitui a terceira causa de morte, seguindo-se às enfermidades cardiovasculares e ao câncer, atribuindo-se a seu consumo 35% dos acidentes de trânsito, a quarta parte dos suicídios e mais de 15% dos acidentes no trabalho.

Na França, o número de mortes resultante do alcoolismo é estimado em 80.000 por ano, contra 120 causadas pelo abuso de drogas qualificadas como ilícitas.

Mas, mais do que qualquer gravidade da repercussão social dos problemas causados pelo abuso do álcool, é o próprio conceito de droga que não deixa dúvida quanto à artificialidade da distinção entre drogas lícitas e ilícitas, quanto ao discurso, encobridor das razões históricas, econômicas e políticas, que, por sobre as preocupações explícitas com a saúde pública, efetivamente determinam a qualificação de umas e não de outras drogas como ilícitas.

A partir do que, genericamente, estabeleceu a Organização Mundial da Saúde: Droga é toda substância que, introduzida num organismo vivo, pode modificar uma ou várias de suas funções, desenvolveram-se definições um pouco mais precisas, sendo comumente aceito o conceito de droga como toda substância que, atuando sobre o sistema nervoso central, provoque alterações das funções motoras, do raciocínio, do comportamento, da percepção ou do estado de ânimo do indivíduo, podendo produzir, através de seu uso continuado, um estado de dependência física ou psíquica.

Nesse contexto, a Câmara Municipal de Cuiabá, nos últimos dez anos, produziu treze instrumentos legais, tendo por cunho primordial subsidiar a sociedade na diminuição da gravidade do problema ‘droga’ que, inegável, salta aos olhos de qualquer cidadão, diariamente, estampado na mídia, como exemplo desses trabalhos, citamos: Lei n.º 4.148, de 26 de dezembro de 2001, que estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino, localizados no Município, afixarem em local visível, com destaque, os malefícios do fumo, bebidas alcoólicas e drogas; Lei n.º 3.540, de 29 de janeiro de 1996, que proíbe a comercialização de cigarros e afins dentro dos estabelecimentos escolares da rede pública e privada; Lei n.º 3.258, de 30 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre drogas, entorpecentes e psicotrópicos e sobre a AIDS, em nível de 1º grau; Lei n.º 3.540, de 29 de janeiro de 1996, que proíbe a comercialização de cigarros e afins dentro dos estabelecimentos escolares da rede pública e privada; Lei n.º 2.937, de 18 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a restrição de tabagismo nos locais que especifica, e dá outras providências; Lei n.º 2.248, de 11 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a proibição de alguns tipos de propaganda em vias públicas, e dá outras providências; Lei n.º 1.935, de 26 de março de 1982, que proíbe o uso de fumo em lugares que especifica e dá outras providências.

Enfim, algumas outras Leis que totalizam este número já citado por efetivado durante esses anos todos pela Câmara Municipal de Cuiabá.

A Lei n.º 2.707, de 06 de setembro de 1989, que cria o Conselho Municipal de Entorpecentes de Cuiabá e Conselhos Distritais do Município de Cuiabá: Centro-Sul, Centro-Leste, Centro-Oeste, Centro-Norte e Sul.

De todo modo, novas medidas, novos instrumentos, certamente surgirão ao se abandonar a fácil e falsa solução legal-penal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Talvez o caminho seja mais árduo. A fantasia é sempre mais fácil e mais cômoda. Com certeza é mais simples para os pais de um menino drogado culpar o fantasma do traficante, que, supostamente, induziu seu filho ao vício, do que perceber e tratar dos conflitos familiares latentes, que mais provavelmente, motivaram o vício. Como, certamente, mais simples para a sociedade, permitir a desapropriação do conflito e transferi-lo para o Estado, esperando enganosamente a salvadora intervenção do sistema punitivo estatal.

Se, no entanto, quisermos soluções verdadeiramente eficazes, será preciso pensar que a intervenção da sociedade civil, das comunidades organizadas, das pessoas diretamente envolvidas, buscando e trazendo soluções nascidas da convivência, da solidariedade, da proximidade do conflito, é que poderá dar o salto de qualidade no tratamento das situações problemáticas provocadas pelo abuso de drogas.

É preciso pensar em não descrever da utopia e lutar para construir sociedades em que a produção de bens obedeça, não à lógica do lucro, mas à lógica das verdadeiras necessidades do homem; não descrever da utopia e lutar para construir sociedades em que as pessoas possam ter maiores oportunidades de ser felizes e, portanto, menores necessidades de se drogar. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso sente-se honrada com a presença dos Srs. convidados: Lúcio de Abreu e Lima, representando o Hospital Neuropsiquiátrico; Josemar Honório Barreto, representando a Maçonaria contra as Drogas “O Grande Oriente do Brasil”; Ana Maria de Oliveira Borges, Coordenadora Regional da UNESCO; Alcina Amorim, representando o Grupo Familiar Al-Anon; Zanizor Rodrigues da Silva, representando a Secretaria de Saúde do Estado; Júcia Helena Padilha dos Santos, Coordenadora da Pastoral do Menor do Bairro Três Barras; Aurélio Augusto, Secretário Geral da Câmara Municipal de Cuiabá; Antônio Pereira de Oliveira, da Pastoral da Sobriedade; Natalício Menezes, da Pastoral do Menor, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ocemário Daltro, Secretário Legislativo da Câmara Municipal de Cuiabá; Moisés Martins, Secretário de Cultura da Câmara Municipal de Cuiabá; Francislene Rodrigues Santos, Assistente Social da Polícia Militar; Bibiano Nunes Ferreira Sobrinho, Polícia Judiciária Civil; Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim, Assistente Social; Néio Lúcio Monteiro Lima, Presidente da Fundação Siminino; Isabel Conceição Rodrigues, da Pastoral da Sobriedade; Dalva Faria Geraldês, da Pastoral da Sobriedade; Pedro Oliveira da Silva, Projeto CIARTE, da Secretaria Municipal de Educação; Berenice Benedita Malheiros Budib, Coordenadora do Amor Exigente; Sebastião Ferreira Souza, Projeto CIARTE, da Secretaria Municipal de Educação; Maria Fernanda Bumlai, representando o Reitor da UNIC; Benedito Aurélio de Souza, representando o Sindicato Rodoviário de Cuiabá e região; Ricardo Gonçalves dos Santos, representando o Conselho Regional de Psicologia; Pastor Miguel Ukrainski, Desafio Jovem Vida Nova; Sílvia Fidélis, Diretor Técnico da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social de Cuiabá; Terezinha Arruda, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Adelina Vilalva de Magalhães, Coordenadora da Pastoral da Sobriedade; Capitão Edson Benedito Rondon Filho, representando o Cel/PM Jorge Roberto Ferreira da Cruz, Corregedor Geral da PM/MT; Luzia Martins, Presidente da APAE de Cuiabá; Soeli Paulina, da Paróquia Divina Espírito Santos; Sr. Tiago Francisco Duarte, Vice-Coordenador Pastoral Sobriedade CPA IV; Sr. Nazário Vitorino da Silva, Coordenador Pastoral do Menor CPA IV; Sr.^a Rosinete Barreto, Emergencial do Bem-Estar Social de Cuiabá; Sr.^a Eunice Caetano Botelho, Coordenadora do Grupo Esperança; Sr. Jorge de Siqueira, Frequentador Amor Exigente; Sr.^a Nétie Asvolinsque, Diretora da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Recovery Clinic; Sr.^a Professora Maria das Graças Campos, Coordenadora do Programa Xané, representando a Secretaria de Estado de Educação; Dr. João Francisco de Campos, da *Recovery Clinic*; Sr. Carlito Cruz, Diretor Executivo União Nacional dos Funcionários Públicos doadores de sangue voluntários; Sr.^a Eliane Campos, Procuradora de Várzea Grande; Sr.^a Leliane Leão Ormond, Advogada da Secretaria de Estado de Saúde; Sr.^a Renete Maria de Almeida Maciel, representando Amor Exigente; Sr. Deputado Amador Tut; Sr.^a Vereadora Verinha Araújo.

Na seqüência, fará uso da palavra a Vereadora Enelinda Scalla, autora do Requerimento da convocação da Sessão Especial da Câmara Municipal de Cuiabá.

A SR^a ENELINDA SCALA - Boa-noite a todas e a todos.

Eu cumprimento todos da mesa na pessoa dos dois Presidentes, Deputado Humberto Bosaipo e o meu companheiro da Câmara Municipal de Cuiabá, Vereador João Malheiros, duas figuras públicas que fizeram acontecer este momento. Sem o apoio político dessas duas figuras, este momento não estaria acontecendo. E nós sabemos, nas nossas reuniões que fizemos, várias, e que foram extremamente ricas, nós falamos sempre para todos os companheiros de todas as entidades que estão aqui, que contribuíram na construção desta Sessão que por estas Casas de Leis, Câmara Municipal de Cuiabá e Assembléia Legislativa é onde tem a LDO, as Leis Orçamentárias, onde nós vamos conquistar recursos para as políticas públicas que precisamos tanto nesse setor.

Então, nossos agradecimentos a essas duas figuras públicas, os dois Presidentes que deram apoio enorme a essa iniciativa.

Eu queria rapidinho recordar que quando aqui estive na inauguração desta democracia, da política mato-grossense, com a inauguração da TV Assembléia, Canal 36, eu achei tão importante para o Estado de Mato Grosso, para a nossa política, que disse, aqui, para o Deputado Humberto Bosaipo: É o marco na história política do Estado de Mato Grosso a instalação dessa TV. E o Deputado Humberto Bosaipo, disse: Professora, se a Senhora quiser fazer um evento conosco, aqui, venha fazer, que está aberto. E ele cumpriu o compromisso.

Das audiências públicas, nós escolhemos esta, e tive um apoio extraordinário do nosso Presidente da Câmara Municipal e dos meus colegas Vereadores que aprovaram e, repito, do Presidente, porque sem apoio político, não caminhamos. Precisamos de todos!

A luta pela vida, que é essa luta do combate às drogas e pela defesa da vida, é suprapartidário, está acima dos partidos, esse é o entendimento nosso.

Por isso, nós estamos inteiramente à vontade com todas as instituições, com todos os partidos, da minha Casa de origem e desta Casa.

Eu peço licença, também, aos presentes, mas eu queria fazer alguns agradecimentos especiais aos dois Presidentes, que já agradei bastante, aos meus dois Deputados, Deputada Serys Shlessarenko e Deputado Gilney Viana, que são meus companheiros de uma caminhada.

Mas, eu quero fazer uns agradecimentos especiais a todas as entidades que estão, aqui, nesse *folder*, em especial ao Dr. Richard que nos deu o fio condutor dessa Audiência Pública; fazer um agradecimento especial ao Dr. Salvador, que foi um grande parceiro da Assessoria do Deputado Humberto Bosaipo. Nós trabalhamos, aqui, muito bem, juntos, semana e semana, nessa Casa; agradecer muitíssimo, também, ao Sr. Néio, do Siminino, ao Amor Exigente, as minhas companheiras, Eurídice, Silene, Margarida e a minha assessoria, Marileuza, Irma, Cleofa e a Sílvia, que são pessoas que ficaram muito juntas. Sem vocês nada disso aconteceria, mas ficaram muito próximo e que nos deram uma força muito grande.

Então, este dia foi muito esperado, intensamente preparado, envolvendo pessoas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

altamente capacitadas e comprometidas com o processo de prevenção e combate ao uso de drogas em nossa sociedade. Queremos desde já agradecer novamente a todas pessoas que aceitaram o nosso convite, que se dispuseram a preparar e divulgar este evento inédito que em torno de uma causa comum une e integra pela primeira vez a Câmara Municipal de Cuiabá e a Assembléia Legislativa.

Agradecemos a sensibilidade e compreensão dos nove colegas Vereadores e Vereadoras na aprovação do nosso Requerimento e a Assembléia Legislativa por abrir as portas para a realização conjunta do debate de um tema de tanta relevância que ameaça a consolidação democrática do nosso País, do Estado, dos nossos municípios.

Esta Sessão Especial que, hoje, através da TV Assembléia, chega aos municípios do interior do Estado, e aí é que nós temos que destacar a importância da existência desse instrumento democrático que visa sensibilizar toda a sociedade mato-grossense para o grave problema que assola e mina os valores da família e da sociedade.

O tráfico e consumo de drogas são em todo mundo um dos maiores se não o maior flagelo nesse início de século, de milênio.

O consumo de drogas afeta sobretudo a juventude, acabando com o seu futuro e abreviando a sua vida após terríveis sofrimentos físicos e morais. É uma luta que requer a participação de toda sociedade por meio de tudo que ela tem de sadio e organizado dentro de um espírito de responsabilidade compartilhada, pessoas, grupos, associações de moradores, organizações governamentais e não-governamentais em todas as esferas do País, Estados e municípios.

Com tantas outras organizações e iniciativa nessa área de combate e prevenção às drogas, estamos hoje dando o nosso grito de alerta. Convocamos a todos e a todas que estão em casa também nos assistindo a cerrarem fileiras em torno da mesma causa. É necessário um verdadeiro mutirão e busca de parcerias para que o problema possa ser atingido em suas raízes. Importa potencializar as possibilidades de participação da sociedade civil organizada nas ações antidrogas desenvolvidas já em nosso meio através de conferências, fóruns e círculos de debates - e no ano passado tivemos um belíssimo fórum de debates promovido pelo Conselho Estadual. Todas as iniciativas são válidas e necessitam ser implementadas. Sem sombra de dúvida, a melhor arma para fazer frente a essa situação é implementar um processo educativo em todas as fases do desenvolvimento humano, desde a mais tenra idade da criança.

Não basta a municipalização apenas se não houver recursos disponíveis para os projetos viáveis. São necessárias ações ousadas e eficientes para conter a expansão do tráfico e o consumo de drogas, criando meios eficazes para a recuperação e a plena reintegração dos viciados à sociedade. Aquele que é usuário e não dependente químico necessita ser acompanhado para que não se torne dependente.

Trabalhar na prevenção às drogas é criar condições de mais vida para as gerações vindouras. Cresce a cada instante o índice de jovens, adolescentes e crianças vítimas das drogas. Conforme o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José Vicente Tavares: “a violência dos anos 90 se acentua nos aspectos de aprisionamento, com comércios gradeados, condomínios fechados e *shopping centers*”. Para o professor, somente projetos sociais e culturais de inclusão social trarão alternativas e esperanças aos excluídos. O prefeito petista de Guarulhos, Eloi Pietá, afirma que “o crime organizado é hoje, no Brasil, a principal matriz da violência e que não existe crime organizado sem a participação do Estado. O poder local deve assumir a segurança dos cidadãos, pois esta é uma questão vital”. E nós sabemos que os traficantes tornam-se cada vez mais ousados em suas estratégias aliciando jovens, adolescentes e crianças, infiltrando-se principalmente nas escolas, nos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

espaços de lazer, no mundo do trabalho e nos lares. As drogas são, sabidamente, uma das principais responsáveis pelo enorme aumento da violência e da criminalidade, sobretudo nas grandes cidades.

E aqui a nossa Deputada Serys Slhessarenko que, nesta Casa de Leis, presidiu uma CPI do Narcotráfico e mostrou nessa CPI que 90% das mortes violentas da nossa cidade passam pelo narcotráfico.

Sim, acabou-se o tempo que podíamos caminhar livremente pelas calçadas, pelas ruas, sentar nas praças, nos bares e nas nossas casas de portas abertas. A insegurança, o medo e a desconfiança nos rondam em toda parte.

Sabemos que, por este País a fora, há muitos projetos e iniciativas importantes e eficazes. Queremos destacar alguns, em especial, de cidades com administração popular do Partido dos Trabalhadores.

Eu peço licença para estar falando nesta Casa do meu Partido, até porque eu represento este Partido na Câmara Municipal de Cuiabá.

A Prefeitura de Campinas, em São Paulo, iniciou uma operação contra a violência e o tráfico nas escolas municipais de ensino fundamental. A Guarda Municipal começou um programa junto a educadores, pais e alunos. Paralelamente, teve início o curso de formação para professores e alunos ministrados por psicoterapeutas com o objetivo de preparar a comunidade escolar e lidar com a questão da violência e das drogas. O programa prevê integrar a comunidade à rotina da escola como forma de afastar a ação dos traficantes. Dois guardas municipais atuam dentro das escolas com mais registros de problemas e, numa segunda etapa, mais homens da Guarda Municipal farão o trabalho ao redor dos estabelecimentos.

A Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, assinou 19 projetos sociais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os projetos envolvem iniciativas de caráter educativo, de estímulo a esportes e lazer, combate à violência doméstica, prevenção às drogas, atendimento psicológico e de atenção às famílias.

A Prefeitura de Recife implementou um plano para o combate e prevenção às drogas com métodos não violentos. São ações preventivas contra seus efeitos na geração de violência, acidentes de trânsito e transmissão de doenças. O plano integra 31 instituições públicas e privadas numa rede de articulação da sociedade civil, no intuito de educar, formar e capacitar agentes qualificados e multiplicadores no combate e na prevenção às drogas, diminuindo os riscos individuais e sociais em todos os níveis.

Os Estados de Amapá e Acre são destaque na implementação de planos e projetos de combate ao narcotráfico. É sabido que muitas lideranças perderam a vida, outras são ameaçadas de morte por denunciarem e participarem de CPI's contra o narcotráfico, também, em outros Estados - como foi, aqui, presidida pela nossa Deputada Serys Slhessarenko.

Está claro, também, que é ineficaz e insuficiente a vigilância nas áreas de fronteira do País, porque isto facilita e fomenta o contrabando e a ação dos traficantes para o fortalecimento da rede de narcotráfico.

Senhoras e senhores, a situação chegou ao limite e não podemos mais ficar insensíveis e omissos.

Então, todas as instituições que estavam conosco na construção dessa Audiência Pública... Nós acreditamos que só vamos ter força política se todos, Poder Legislativo, todos os Partidos, vamos ter força para enfrentar esta fera que é o narcotráfico e tudo isso que já foi falado pelos meus dois antecessores. É este o objetivo desta Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Esses dois Presidentes, desta Casa, assumem conosco, nesta noite, o compromisso de encaminhar, nessas duas Casas de Leis, políticas públicas concretas. Que eles dois liderem, nas respectivas Casas, políticas públicas concretas, e que nós possamos, realmente, enfrentar esse problema no Estado de Mato Grosso, nos municípios, para que possamos dar respostas.

Nós vimos nas nossas reuniões, todas as instituições perguntando, quando relatavam, seja o Siminino, seja o Amor Exigente, seja o Conselho Tutelar, seja a própria Polícia Militar -: “Professora Enelinda, o que nós fazemos? Para onde mandamos? Como resolvemos?” É isso que ficou.

Então, nós propomos ações urgentes e imediatas:

Estabelecer prioridades, Srs. Presidentes, que eu confio e tenho muita esperança em Vossas Excelências, nas lideranças de Vossas Excelências nesse processo, para as políticas no Município e no Estado.

Implementar programas e projetos educativos amplos, em todos os setores, qualificando e capacitando professores, policiais e trabalhadores na área da saúde.

Criação de Centros de Recuperação com toda infra-estrutura necessária e pessoas devidamente qualificadas para tratar os dependentes químicos e acompanhar os usuários e familiares.

Criação urgente dos Conselhos Municipais Antidrogas, tão bem solicitado pelo CONEN, que nós temos aí e que está muito bem colocado. Há necessidade dos municípios implementarem esses conselhos que o CONEN está muito bem conduzindo e fazendo uma luta para que eles estejam instalados em todos os municípios já previstos também na Lei *Antidopping* de 1976, que tanto a Assembléia Legislativa e Câmara Municipal incluam na Lei de Diretrizes Orçamentárias a previsão de recursos para implementar a política de combate e prevenção às drogas.

Buscar recursos no Estado e na Federação para projetos mais amplos. Implementar uma rigorosa política de vigilância e controle nas áreas de fronteira do Brasil. Organizar estratégia de mobilização da sociedade civil os meios de comunicação social, as escolas, os clubes da melhor idade, clubes e serviços, associações de moradores, universidades, organizações não-governamentais e igrejas e comunidades. Desencadear uma ação integrada entre Exército, Polícia Federal Militar e Civil. Promover cursos, palestras, fóruns, debates, seminários, como o CONEN tem promovido e vai promover a semana que vem aqui no nosso Estado, já que participamos dele na semana que passou. Incluir nos currículos das escolas disciplinas de educação antidrogas. Criar centros de esportes e lazer com programas além escola para ocupar assiduamente nossas crianças, adolescentes, jovens e em especial nas periferias das nossas cidades. Instalar serviço de disque-drogas. Elaborar cartilhas populares, folhetos educativos para serem distribuídos à população. Criar fontes geradoras de emprego e renda para população desempregada.

Concluindo, minhas senhoras e meus senhores, meus queridos amigos que estão junto conosco, desejamos que este evento sirva para fortalecer as iniciativas por mais vida e nos comprometamos no engajamento efetivo na defesa de promoção da vida na certeza de que um outro mundo, um outro Mato Grosso, um outro Cuiabá, é possível.

E conclamamos a cada um e a cada uma dos presentes e ouvintes que sintonizem conosco, através da TV Assembléia, implementada por este Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, a nos comprometermos criando uma grande rede de solidariedade para que a epidemia das drogas de todos os tipos seja desenraizada em todos os âmbitos da sociedade. Muito obrigada a todos (PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Convidamos o Coral Vencedores pela Fé para fazer duas interpretações musicais que é formado pelos recuperados de drogas.
(NESTE MOMENTO O CORAL FAZ A INTERPRETAÇÃO DAS MÚSICAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Aproveitando a oportunidade que o Coral está aqui, convido o Coral Vencedores pela Fé, neste ato representado pelo Sr. Teodorico Barbosa de Souza, Presidente do Lar Cristão, para receber das mãos do Vereador João Malheiros a Moção de Louvor.

(O SR. VEREADOR JOÃO MALHEIROS PROCEDE À ENTREGA DA MOÇÃO DE LOUVOR AO AGRACIADO - PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Na seqüência, fará o uso da palavra, o Dr. Marcos Romano, da Escola Paulista de Medicina, Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, para falar sobre Intervenção Comunitária no Combate às Drogas.

O SR. MARCOS ROMANO - Boa-noite a todos.

Para mim é uma honra estar presente nesta Casa hoje.

Eu queria iniciar esta apresentação fazendo um agradecimento aos Presidentes das duas Casas Legislativas aqui representadas. Agradecer ao ilustre Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e ao nobre Vereador João Malheiros, Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá.

Queria ainda agradecer a Vereadora e Professora Enelinda Scala e ao Presidente do CONEN do Estado de Mato Grosso, Sr. José Antônio Vieira, que tornaram possível a minha vinda para cá.

Eu estou aqui representando o Dr. Ronaldo Laranjeira, Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre Álcool e Drogas - ABEAD.

Eu sou Presidente do Comitê de Políticas Públicas da ABEAD e pretendo aqui poder contribuir com alguma coisa, com sugestões de políticas públicas nesta iniciativa inédita, pioneira de integração entre os poderes públicos aqui do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, esperando que esta iniciativa pioneira possa servir de exemplo para o resto do País, pois nós sabemos que sem uma integração entre os diversos setores do Governo a gente não consegue combater, a gente não consegue combater o álcool e as drogas e nem implementar políticas públicas necessárias.

Interessante que quando se fala em drogas, automaticamente se pensa nas drogas ilícitas, na maconha, na cocaína, no *crack*, e muita gente acaba se esquecendo do álcool, do tabaco, das drogas lícitas que são aceitas socialmente, que são de amplo consumo. E o interessante é que o custo social do álcool, o custo social causado pelo álcool na nossa sociedade é maior do que o custo social de todas as outras drogas juntas. Nesse sentido, cabe pensar em políticas públicas, no álcool. Ainda é necessário levar em conta que nossos jovens não começam usando drogas ilícitas, eles começam bebendo bebidas alcoólicas e fumando tabaco, que são drogas aceitas pela sociedade. Tem diversos estudos que mostram que quanto mais precoce o uso do álcool por um adolescente, maior o risco dele vir a usar droga ilícita no futuro.

Se conseguirmos retardar, adiar o início do uso de álcool pelos nossos jovens, estaremos também livrando-os de problemas com drogas ilícitas no futuro.

Então, nós vamos usar a questão do álcool, hoje, aqui, como exemplo de políticas públicas.

Eu e o Dr. Ronaldo Laranjeiras estamos implementando políticas públicas para o álcool, na cidade de Paulínia, no interior de São Paulo. É um Projeto de intervenção comunitária que visa reduzir o consumo global do álcool na cidade e redução, também, dos problemas relacionados ao consumo de álcool. É sobre isso, então, que nós falaremos.

Eu acho necessário fazer uma contextualização histórica do uso do álcool pelo ser

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

humano. Existem diversas documentações, provas, do uso do álcool pelo homem, inclusive na pré-História. A fermentação natural de mel e tâmaras pelo homem já produzia um tipo de bebida alcoólica que era de uso corrente entre os egípcios, por exemplo.

Existem provas de armazenagem do uso do álcool já no ano 6000 antes de Cristo. Era um uso socialmente aceito. O uso do álcool surgia para marcar festividades, para rituais místicos e religiosos. Os casos de embriaguez eram raros.

A partir do surgimento da agricultura, começou-se a domesticar a uva e a se produzir vinhos, também, e cervejas. No ano 3000 antes de Cristo já havia relatos de produção de cerveja no Egito.

Nesse sentido, é necessário levarmos em conta que as pessoas, nessa época e até pouco tempo atrás, viviam em aglomerações urbanas muito pequenas, muito menores do que as que temos hoje, viviam em pequenas aldeias e vilas, exceto que ainda não tinha nem solução para o problema da água limpa, da água potável e, muitas vezes, era mais seguro consumir bebida alcoólica na forma de cerveja ou de vinho do que uma água de uma fonte contaminada. Muitas vezes, buscava-se sabor, matar a sede, a fome, na ingestão de bebidas alcoólicas, nessa época, e era muito mais fácil armazenar bebida alcoólica do que água, que se contaminava facilmente.

Mesmo a Bíblia faz muito mais citações sobre vinho do que sobre água. A Bíblia nos apresenta ainda metáfora bastante interessantes, onde o vinho é visto como superior à água, a transformação da água em vinho, a transformação do pior em melhor. Isto não é nada incoerente, levando-se em conta o contexto histórico da época em que não se tinha o problema do álcool como se tem hoje. E a gente vai ver por que mudou.

Nesse sentido, didaticamente, nós dividimos a história do consumo de álcool pelo homem em três períodos.

O primeiro período, que vai dos primeiros primórdios da história humana até mais ou menos final do Século XVII.

As características desse período são: o homem vivia em pequenos aglomerados urbanos que necessitavam de uma organização social muito mais simples. O beber ali era uma atividade social. Os casos de embriaguez eram ocasionais. Embriaguez era vista como um defeito moral, defeito do caráter da pessoa. E havia mecanismos de controle social, mecanismos informais de controle social da embriaguez, de tal forma que ela era rara. Esses mecanismos informais de controle social se perderam mais tarde pelo crescimento das aglomerações urbanas, pelo êxodo rural, e a gente vai ver o porquê. Interessante que, nesta época, a bebida ainda é néctar divino, a bebida é vista de uma forma positiva.

O segundo período tem início com a descoberta dos processos de destilação, isso muda muita coisa, porque uma bebida fermentada tolera até dezesseis ou dezessete por cento de álcool, no máximo. Embora a tecnologia da destilação já fosse conhecida pelos árabes, eles faziam uso medicinal do álcool medicinal, ali em torno do ano 1100 depois de Cristo.

No mundo Ocidental a destilação só veio a ser difundida com a tecnologia da Revolução Industrial que começou na Inglaterra, Século XVIII. E os destilados passaram a ser mais consumidos do que os fermentados. Eles tinham um preço menor, eram mais potentes, porque tinham maior quantidade de álcool, eram de mais fácil transporte, de mais fácil armazenamento, e era mais disponível. Isso mudou drasticamente a relação do homem com a bebida.

Esse é o segundo período histórico da relação do homem com a bebida, que vai do Século XVIII até o Século XIX.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Começa a existir uma epidemia de casos de embriaguez. Surgem casos de embriaguez numa escala nunca vista antes devido a algumas condições que não existiam antes. Quais condições? Então, uma disponibilidade do álcool que nunca se teve antes, um acesso fácil, não só porque era fácil de encontrar, mas era fácil comprar, o álcool era barato. Nessa época, na Inglaterra, existia um ditado popular que dizia que, com dez centavos de libra podia-se ficar embriagado e com vinte centavos entrava-se em coma alcoólico, tão barato era o *gim* inglês.

Houve um aumento da demanda pela bebida alcoólica muito grande, propiciado pelo êxodo rural. Então, aquelas pessoas que até então moravam em vilas, em pequenos vilarejos, ao se mudarem para a periferia dos centros industriais, então emergentes, morando em condições subumanas perdeu-se os controles informais do uso do álcool, os mecanismos sociais de controle do uso do álcool.

Então, havia ali uma massa de trabalhadores pouco qualificados, morando em condições subumanas, a maior parte desempregada e com acesso fácil e barato a uma bebida de elevado teor alcoólico. Foi aí que se começou a documentação dos primeiros casos de alcoolismo na história humana. Até então, não existe uma única descrição de alcoolismo na nossa história. O enfraquecimento dos controles sociais, sem dúvida, de todas as variáveis que a gente explanou, foi a maior responsável por isso.

Nessa época também muda a forma como a bebida é vista pela sociedade, de néctar divino a bebida passa a ser vista como um veneno, como uma substância estranha, uma substância alienígena que transforma as pessoas, que pode transformar as pessoas comedidas, coerentes em pessoas devassas, descontroladas, agressivas, violentas. É aí que surgem os primeiros movimentos de temperança na sociedade organizada, que pedem maior controle social do uso do álcool.

Nessa época, iniciam-se as primeiras tentativas de controle governamental, principalmente na Inglaterra. O Governo britânico, há mais de duzentos anos, já desenvolve políticas de controle do uso do álcool e políticas muito eficazes a ponto de ter conseguido com o passar do tempo transformar a cerveja na bebida mais consumida pelos trabalhadores ingleses e não o *gim*. Trocando uma bebida destilada, de elevado teor alcoólico, por uma fermentada, o Governo britânico conseguiu reduzir drasticamente os danos relacionados ao consumo do álcool. Mas, não foi só isso que se fez, foi feito muito mais.

Os primeiros alertas começam a aparecer ainda no final do Século XVIII, o primeiro psiquiatra americano, Dr. Benjamim Hust, diz algo semelhante, é o seguinte: “Beber começa como um ato de vontade e aí se transforma num hábito e, finalmente, descamba para uma necessidade”. É assim que é a trajetória do alcoolismo, começa com um ato de vontade e vai terminar lá na frente como uma escravidão, como uma necessidade da qual a pessoa muitas vezes não consegue fugir.

No início do Século XX, o que a gente chama de terceiro período histórico da relação do homem com a bebida, nesse período os movimentos de temperança que pedem a sobriedade, a regulação do consumo do álcool ganha força, chegando a levar os Estados Unidos à Lei Seca por 13 anos, onde o consumo, a fabricação e a venda de bebidas alcoólicas foram proibidas.

É interessante notar que o consumo de álcool *per capita* nos Estados Unidos era dez vezes maior do que é hoje, antes da Lei Seca. O consumo vem aumentando depois que a Lei Seca foi revogada, mas não chegou ainda nos níveis anteriores da Lei Seca.

Em 1933, a Lei Seca teve fim, dois anos depois surge o movimento dos alcoólicos anônimos que passa a enxergar o alcoolismo como uma doença, possibilitando que ele seja tratado, que ele seja mais aceito pela comunidade, pela sociedade em geral, onde o portador do alcoolismo não é mais visto como um degenerado, não é mais visto como uma pessoa sem caráter, mas como alguém que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

sofre de um mal e que pode ser tratado.

Nessa mesma época, a classe médica também passa a enxergar o alcoolismo como doença. Isso é muito positivo por um lado, ao permitir a recessão social desses bebedores um tratamento e ao diminuir o estigma que pesava sobre eles, mas isso tem um lado negativo ao centrar o foco exclusivamente sobre os dependentes do álcool, sobre os alcoolistas, ao centralizar o foco da sociedade sobre o colapso moral do bebedor crônico, deixando de lado todos os outros problemas que são causados pelo consumo do álcool entre aqueles que não são bebedores crônicos, entre aqueles que não são dependentes da bebida. E é sobre isso que a gente mais vai falar aqui, hoje.

Nessa época ainda, passa a existir um aumento global do consumo do álcool e também de outras drogas. Em modelo de alcoolismo como doença, permite tratar apenas os bebedores pesados, os bebedores crônicos e não existe muita opção de tratamento a não ser abstinência plena e o tratamento asilar. Nessa época, surgem as primeiras posturas de internação dos pacientes dependentes do álcool.

A resposta do Estado ao problema se mostra claramente insuficiente. O tratamento e a prevenção, realizados pelo Estado, não impedem que os problemas causados pelo consumo de álcool cresçam, e os problemas tendem a aumentar, e é assim até hoje.

Se nós formos apenas tratar os indivíduos que são dependentes, nós vamos só apagando o incêndio, porque casos novos não param de surgir. Nós vamos só apagando o incêndio, e os problemas vão continuar exatamente igual antes.

A incidência de casos novos é tão grande que se nós tratamos os pacientes dependentes do álcool, não alteramos os índices de prevalência na comunidade.

No período atual, novos estudos comprovaram a necessidade de novas abordagens. O período atual, começa nos anos 90, do século passado, de 1990 para frente, onde a palavra alcoolismo deixa de ter muito sentido científico, não tem um conceito muito preciso. Nós preferimos usar outros dois conceitos: o conceito de dependência do álcool, em substituição ao conceito de alcoolismo, e o conceito de problemas relacionados ao consumo do álcool, onde os problemas decorrem do consumo de álcool por toda a sociedade que bebe e não só problemas decorrentes daqueles que são dependentes da bebida.

Nesse sentido, os problemas não decorrem apenas de um pequeno grupo de dependentes crônicos, mas dos hábitos de beber da população, em geral.

Nós temos vários estudos comprovando, em diversas partes do mundo, que quanto maior o consumo de álcool, em uma comunidade, maiores os problemas que essa comunidade enfrenta, independente do número de dependentes do álcool que ela tenha. Existe uma relação, simplesmente, entre consumo de álcool e o índice de problemas.

Existe um conceito de saúde pública muito interessante que diz o seguinte: A soma dos pequenos problemas, muitas vezes, é mais importante para uma sociedade do que os grandes problemas causados por uma minoria.

Nesse sentido, nós temos alguns dados alarmantes, por exemplo: Cinquenta por cento dos acidentes automobilísticos fatais, no Brasil, estão relacionados ao consumo de álcool. Essas pessoas que estão morrendo e matando por causa do consumo de álcool, não são alcoólatras, não são dependentes do álcool na sua maioria, são pessoas comuns que, muitas vezes, bebem socialmente e, um dia ou outro, exageram, não deveriam dirigir, mas dirigem, e morrem ou causam mortes. São problemas que toda a população sofre, mesmo os que não bebem, qualquer um está sujeito ao risco de ser atropelado por um motorista embriagado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Quando falamos de problemas relacionados ao álcool, quais deles queremos dizer? São vários. Vou dividi-los em alguns grupos. Um dos grupos são acidentes e violência.

Então, já citamos que acidentes automobilísticos fatais o álcool é responsável por 50% dos casos.

Violência doméstica. O consumo de álcool se relaciona em até 60% dos casos de violência doméstica e 50% dos casos de acidentes de trabalho estão relacionados ao consumo de álcool. 20% dos casos de abuso contra crianças estão relacionados ao consumo de álcool, e 50% dos casos de homicídios.

Hoje, grande parte dos homicídios na sociedade ocorre em bairros de periferia, muitas vezes entre conhecidos ou amigos que têm o hábito de beber juntos, e como a intoxicação alcoólica tende a alterar o humor e as respostas às pessoas muito facilmente, uma coisa dita de uma forma atravessada por um, pode ser mal entendida por outro e uma morte ocorrer fácil em bares de periferias hoje.

Suicídios, 60% das pessoas que tentam suicídios, estavam embriagadas no momento da tentativa.

Interessante notar que em todos esses problemas que citamos, os adolescentes são mais vulneráveis do que os adultos. São mais vulneráveis porque têm menor noção do risco que a embriaguez representa. São mais vulneráveis, porque o seu organismo é menos preparado para o álcool do que o organismo do adulto e porque eles se colocam mais em risco.

Ainda outros problemas relacionados ao problema do álcool. Problemas com a família, por exemplo. Trinta por cento dos divórcios, nos Estados Unidos ocorrem devido ao consumo de álcool. No Brasil não temos esse dado, mas eu tenho certeza que seria maior ainda do que esses 30%. Problemas com amigos no trabalho, problemas financeiros. Eu já tratei de diversos pacientes que simplesmente todos os salários deles eram consumidos com bebidas, prisões, problemas com polícia, problemas de saúde, câncer, principalmente no trato digestivo, pressão arterial, acidente vascular cerebral, problemas cardíacos, como cardiopatias alcoólicas, fibrilação arterial, uma causa freqüente de morte entre bebedores, cirrose hepática, o álcool é responsável 80% dos casos de cirrose hepática.

Pois bem. As conclusões que podemos extrair desses dados são as seguintes: o álcool é a droga que causa o maior custo social para a nossa sociedade. Existe uma relação direta entre problemas e consumo de álcool. Quanto mais elevado o consumo médio de álcool em uma população, maior a incidência de problemas relacionados ao álcool que essa população vai apresentar. Tais problemas tornam o consumo de álcool uma questão de saúde pública. E assim que ele deve ser encarado pelos nossos governantes.

Pensando, o que o Governo tem a ver com o consumo de álcool na nossa sociedade? É necessário lembrar que é papel do Governo proteger a sociedade dos problemas relacionados ao álcool. É uma questão, então, de interesse público e o Governo deve agir em prol desse interesse público.

Eu vou citar algumas diretrizes européias a respeito do consumo de álcool muito interessantes, da Comissão Européia da Organização Mundial de Saúde. São várias diretrizes, mas vou citar duas delas para a gente lembrar a preocupação que os europeus estão tendo com o álcool neste momento. 1) Todas as pessoas têm o direito a uma família, comunidade e ambiente de trabalho protegidos de acidentes, violência e outras conseqüências negativas do consumo do álcool. 2) Todas as crianças e adolescentes têm o direito de crescer em um ambiente protegido das conseqüências negativas do consumo do álcool e na medida do possível da promoção das bebidas alcoólicas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

A próxima pergunta que a gente naturalmente faria depois de ter acesso a essas informações seria: Como o Governo pode fazer isso? Então, uma das respostas é a seguinte: Conferindo a questão do álcool a mesma importância que dá ao tabaco e as outras drogas. A gente tem visto, por exemplo, o Ministério da Saúde muito empenhado na questão do tabagismo, realizando restrições da propaganda do tabaco, realizando contrapropaganda do tabaco nos próprios maços. São duas políticas eficazes de combate ao tabagismo, embora acreditamos que outras políticas devem acompanhá-las. Mas, não temos visto por parte do Governo a mesma preocupação com relação ao álcool. É necessário tratar a questão do álcool como matéria de saúde pública, toda sociedade sofre por causa dos problemas causados pelo álcool. Integrando diferentes setores do Governo e da sociedade para abordar a questão através de políticas específicas para o álcool é um dos caminhos necessários, é um dos caminhos que se faz presente e urgente no país hoje. Tais políticas, não tiramos da nossa cabeça. Elas são recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. Eu acho que, muitas vezes, neste País temos o hábito ou fazemos a tentativa de inventar a roda, e a gente passa um tempo penado, tentando fazer isso, patinando, sendo que a roda já foi inventada há muito tempo.

Então, é o caso de pararmos, refletirmos e tentarmos nos basear em iniciativas, já concretizadas e que foram unificadas em outros países. As políticas que a gente sugere aqui e são recomendadas pela Organização Mundial da Saúde já foram aplicadas em diversos países, com culturas diferentes entre si, em momentos históricos diferentes e sempre deram resultado, em países tão diferentes quanto Nova Zelândia, Finlândia, Canadá, Estados Unidos, Gana. Tais políticas foram aplicadas e deram resultados positivos de forma semelhante. Por isso que essas políticas devem ser baseadas em evidências científicas e nunca simplesmente no senso comum, nas ações de governantes ou de quem quer que seja, mas tem que haver evidências para que elas funcionam.

Elas também devem ter uma relação custo efetividade vantajosa, a fim de bem aplicar o dinheiro público. É necessário aplicar bem o dinheiro público, já que ele é limitado e não podemos de repente aplicá-lo em medidas preventivas, que não tenham evidências que funcionem. Essas políticas também devem ter consistência de ação com metas claras. A gente só consegue chegar em algum lugar se a gente souber de antemão aonde a gente quer chegar. Então, se pudermos estabelecer metas, como por exemplo a redução de consumo de álcool em 20% em dois anos, poderemos perseguir essa meta, poderemos fazer o possível para chegarmos lá. Se estivermos como meta reduzir acidentes automobilísticos em 30%, no período de dois anos, é uma meta exequível, é uma meta possível de ser concretizada, mas sem metas não dá para a gente trabalhar.

As políticas também devem ser explicitadas para toda comunidade, porque sem o apoio da comunidade elas não funcionam.

Na verdade, a primeira política que a gente defende, é uma política de mobilização da comunidade, para que a comunidade seja informada dos danos causados pelo álcool e possa apoiar as políticas públicas.

A mídia, em geral, os meios de comunicação aos quais em geral temos acesso, costumam ignorar os danos causados pelo álcool. É freqüente vermos relatos de acidentes automobilísticos, de mortes no trânsito sendo veiculados pela televisão. Porém, quase nunca tais veículos de comunicação fazem menção ao consumo de álcool dos ocupantes desse veículo, o estado de possível embriaguez em que se encontravam.

Quantos representantes do poder público já vêm sendo flagrados dirigindo embriagados e, muitas vezes, isso é ignorado.

Uma lei que não é cumprida como a lei da proibição do beber e dirigir neste País, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

não vemos fiscalização, não vemos o cumprimento da lei. Nesse sentido, é necessário que somemos nossas responsabilidades e façamos cumprir as leis já existentes. Muitas vezes, nem precisamos criar leis novas, mas reforçar as que estão aí, muitas vezes, já basta.

Além disso, tais políticas devem contemplar a toda população que bebe, não só os bebedores pesados.

Sempre que vemos uma mobilização, em uma certa comunidade, para tratar do problema relacionado ao álcool, todos os programas que fazem são dirigidos apenas para os dependentes, para os bebedores crônicos, para os bebedores pesados. Isso não funciona! As políticas devem ser dirigidas para toda população que bebe, porque o nosso País gira em torno de noventa por cento da população adulta.

Alguns conceitos básicos, eu vou recordar para reforçá-los, o primeiro, trata-se de um problema de saúde pública. O álcool é um produto que deveria estar sujeito a uma regulamentação governamental, como ocorre em outros países. Diversas economias, ditas liberais, exercem uma regulamentação muito intensa sobre o consumo e sobre a venda no varejo do álcool.

Na Inglaterra, por exemplo, o álcool só é vendido em estabelecimentos determinados, nos *pubs*. O proprietário de um *pub*, para abrir um e poder vender bebida alcoólica, tem que passar por um treinamento, cada funcionário que ele contratar tem que passar por um treinamento e, além disso, ele deve comprar uma licença do Governo para poder vender bebida alcoólica. Não é o que vemos neste País.

Neste País, a venda no varejo do álcool é totalmente desregulamentada. Qualquer pessoa que quiser, pode começar a vender álcool, a hora que quiser, onde ela quiser, para quem ela quiser, não existe controle nenhum, não existe regulamentação alguma.

Os outros países trabalham com limitação de dias e de horários de funcionamento nos estabelecimentos comerciais que vendem álcool.

Na Inglaterra, por exemplo, os *pubs* fecham às 11:00 horas da noite, e não tem conversa. As pessoas estão bebendo, nas mesas, o garçom traz a conta, o estabelecimento fecha e, às 11:00 horas, ninguém mais pode beber. Por quê? Porque se ele permanecer vendendo, perde o direito de vender bebida alcoólica, perde a licença para a venda de bebida alcoólica que ele comprou do Governo.

Nesse sentido, as políticas devem contemplar uma necessidade de compensação social pelos danos causados pelo consumo de álcool. Poder prever essa compensação social, é um dever do Governo.

Tem uma outra coisa importante, que é o seguinte: as medidas de prevenção que influenciam os consumidores em geral também têm impacto entre consumidores pesados ou problemáticos.

Muitas vezes as pessoas pensam: “Ah, mas a gente vai restringir o excesso ao álcool. Se a gente vai restringir o horário de bebida alcoólica, isso só vai afetar aquelas pessoas que bebem sem problema, aquele que bebe pesadamente vai continuar bebendo.” Isso é mentira!

Todos os estudos mostram que essas pessoas também são afetadas. Por exemplo, quando se aumenta o preço do álcool numa comunidade, todos bebem menos, inclusive os bebedores pesados. O contrário também é verdadeiro. Em situações de queda de preço, todos bebem mais, mas os bebedores pesados ainda bebem mais. Isso é fácil de ser verificado nos horários de *happy hour*, quando as bebidas alcoólicas são vendidas por um preço inferior. As pessoas realmente consomem mais e os bebedores pesados consomem ainda mais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Existe uma relação direta entre preço e consumo de álcool em todos os países: quanto maior o preço, menor o consumo; quanto menor o preço, maior o consumo. Então, é legítimo se pensar em políticas que possam resultar em aumento de preços.

É triste ver que neste País as pessoas podem comprar uma garrafa de aguardente, de cachaça, por um real, por um real e cinquenta centavos. Isso é muito triste, porque a quantidade de álcool presente numa garrafa destilada é muito grande. Os problemas que daí decorrem também são muito grandes.

Não dá para a gente encarar a questão do álcool como uma questão meramente econômica, mas, sim, como uma questão de saúde pública.

Sabemos também que quando a gente pensa em políticas públicas para o álcool, uma única modalidade de intervenção não é eficaz. É necessário uma série de políticas, uma mistura de políticas que abordem a questão de diferentes maneiras, aí a coisa funciona e ganha sustentação.

A gente tem visto algumas cidades no Estado de São Paulo, ou Barueri, Hortolândia que conseguiram reduzir os índices de homicídios em até 30%, as vezes até 50%, simplesmente fechando bares irregulares e fechando mais cedo os estabelecimentos. São resultados que a gente obtém em curto prazo e que representa um ganho político importante para o Governo que implementa.

Muitas vezes se pensa que não vale a pena implementar medidas impopulares, porque elas só vão ter impactos no próximo Governo. Isso não é verdade!

Diversas políticas que a gente sugere aqui, apresentam impacto imediato. Políticas que podem parecer impopulares, a princípio, costumam reverter em ganhos de populares para os Governantes que as implementam, porque elas trazem impactos muito positivos para a comunidade que sofre os efeitos dela.

Eu vou enumerar algumas sugestões de políticas públicas: A primeira delas, são políticas de regulamentação do mercado varejista do álcool; a segunda, são políticas de mobilização da comunidade; a terceira, são políticas de redução do acesso ao álcool; a quarta, são políticas de redução de problemas específicos, como o problema do beber e dirigir, do beber abaixo da idade mínima e a questão da responsabilidade de quem serve bebidas. Eu vou estar abordando resumidamente cada grupo de políticas.

Para regulamentar o mercado varejista de álcool, o que a gente sugere é a implementação de um sistema de licenças, de tal forma que, quem quiser vender bebida alcoólica pague por uma licença ao Governo. Isso serve de compensação social para os problemas causados pelo consumo de álcool, isso serve como um mecanismo de controle social de consumo. Muitas vezes a gente vê padarias vendendo bebida alcoólica. Tudo bem! Quer vender? Vai pagar uma licença. O valor dessa licença pode variar em função, se é um estabelecimento que abre durante o dia ou se abre durante à noite, se abre todos os dias ou não, se vende bebidas para a pessoa tomar no próprio estabelecimento ou para a pessoa levar para a casa, se tem acesso a adolescentes naquele estabelecimento ou não. Para que seja uma cobrança justa. Mas, é a melhor forma de regulamentar o mercado. Esse dinheiro se reverteria para um fundo capaz de financiar políticas de prevenção, principalmente, dirigidas aos nossos jovens.

Para implementar esse sistema de licenças, primeiro é necessário convencer a população de que o sistema é correto, do ponto de vista técnico. E é, porque é uma recomendação da Organização Mundial de Saúde. Ele teria um impacto grande e rápido na diminuição de uma grande parte dos problemas relacionados e criaria recursos para financiar programas de prevenção. Também precisamos convencer nossos políticos de que tal ação é politicamente adequada, pois é do interesse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

público. Tem o interesse popular também, tem o apoio popular e é possível de ser implementada em nível municipal.

Temos várias políticas de redução do consumo de álcool: A redução do acesso através da questão do preço, aumentando-se as taxas ou diminuindo-se a concorrência. Tem estudos interessantes que mostram, por exemplo, como se fecha um ponto de venda que havia em frente do outro, esse outro que sobra, aumenta preços, esse aumento de preços reduz consumo e essa redução de consumos reduz problemas. Então, vem a influência da disponibilidade, poder implementar horários e dia de funcionamento dos pontos de venda, poder realizar um controle dos pontos de venda através de leis de zoneamento urbano. Isso é muito interessante.

No trabalho que estamos implementando em Paulínia, existe uma região da cidade onde a mortalidade por causas externas é a primeira causa de morte. Fomos fazer o mapeamento dos pontos de venda de álcool naquela região da cidade e constatamos que a densidade de ponto de venda de álcool lá é muito maior do que no resto da cidade.

Vários estudos hoje mostram que existe uma relação direta entre a densidade dos pontos de venda de álcool em uma determinada região e problemas decorrentes do consumo, homicídios, suicídios, violências domésticas e outros.

Também se pode pensar em redução do excesso, através restrições aos lugares onde se bebe, como lugares de lazer públicos, parques, praças públicas, praia, etc.

Outras políticas de redução de consumo podem ser obtidas através de campanhas educacionais, tentando-se reduzir a demanda pela bebida alcóolica, desestimulando o consumo excessivo que muitas vezes é visto de forma positiva entre os nossos jovens, diminuindo a elevada permissividade, a tolerância que a nossa sociedade apresenta em relação a bebida excessiva e tentando estimular níveis seguros de consumo.

A respeito de beber e dirigir, é necessário uma fiscalização mais freqüente e eficaz, é necessário ter uma polícia treinada e equipada.

A severidade da penalização conta muito, todos os estudos mostram que a multa é muito pouca eficaz, mas a suspensão por tempo indeterminado da Carteira de Habilitação realmente reduz os índices de beber e dirigir. É necessário conscientização pública com um aumento da percepção do risco envolvido em beber e dirigir pela população e o apoio da mídia para isso.

A responsabilidade de quem serve bebida: Como é isso? Outros países investem nisso, em responsabilizar o proprietário do estabelecimento que continuam servindo bebida alcóolica para um cliente já visivelmente alcoolizado, que sofreu algum dano ou que causou um dano depois de sair do estabelecimento. É interessante que ninguém sabe disso, mas o nosso Código Civil existe um artigo que prevê responsabilizar o proprietário do estabelecimento nesse caso. Mais uma das nossas Leis que nunca foi aplicada, mas não precisaríamos nem alterar o Código Civil, a Lei já está lá, já consta nele e torna possível responsabilizar o proprietário de um estabelecimento que permanece servindo bebida alcóolica para um cliente já alcoolizado.

Treinamento dos atendentes: isso é muito interessante. A gente tem um estudo, no Estado do *Oregon*, nos Estados Unidos, quando eles atingiram um treinamento de 50% dos atendentes dos estabelecimentos que servem bebidas, eles conseguiram reduzir em 30% o número de acidentes automobilísticos na região.

O beber abaixo da idade mínima, a redução da idade mínima para se beber resulta em maior índice de acidentes automobilísticos no grupo etário afetado por essa alteração, enquanto que o aumento da idade mínima reduz tais acidentes - isso também é comprovado já por diversos estudos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Quando alguns estados americanos elevaram em um ano a idade mínima para se beber, se reduziu em trinta por cento acidentes automobilístico naquela faixa etária. Isso só é possível com a fiscalização ativa e freqüente, com restrição do acesso dos adolescente a determinados pontos de venda de álcool e com uma severidade da penalização - é onde entra a questão do sistema de licença para a venda de bebidas alcoólicas. O estabelecimento pode ser penalizado com a perda da licença de se vender bebida alcoólica.

A mobilização da comunidade é necessária por várias razões: Para mudar o clima social de tolerância em relação ao uso do álcool, para promover apoio em relação aos outros componentes de prevenção a serem adotados e para conferir solidez às políticas a serem implementadas, de tal forma que elas perdurem, mesmo após mudanças de Governo.

A integração do poder público e da comunidade é extremamente necessária. É necessário que a comunidade abrace políticas como essas, como sendo suas, para que cobrem tais políticas dos seus governantes.

É necessária a conscientização de líderes comunitários, de meios de comunicação, de formadores de opinião, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos outros poderes públicos para darem respaldo a essas políticas.

Resumindo tudo: os problemas com o álcool sempre foram deixados a fluir do mercado neste País.

É papel do Governo controlar essa tendência no interesse público. Não há uma política única. As políticas necessárias são mais uma mistura do que um golpe decisivo.

A viabilidade das políticas e a aceitação pública delas é de vital importância para o sucesso.

Para concluir, vale notar que por trás das estatísticas há sofrimento e altos custos. A prioridade política é plenamente justificada para essa questão. Muito obrigado pela atenção (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos ao Dr. Marcos Romano e, com muita honra, passamos a Presidência para o Vereador João Antônio Malheiros. (O SR. VEREADOR JOÃO ANTONIO MALHEIROS ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 20:51 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO ANTONIO MALHEIROS) - Eu quero agradecer a gentileza do Deputado Humberto Bosaipo e convidar o Desembargador Manoel Ornellas, representando o Tribunal de Justiça, para fazer uso da palavra.

O SR. MANOEL ORNELLAS - Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal, atual Presidente dos trabalhos, Vereador Malheiros, Deputado Humberto Bosaipo, meu amigo lá da república do Araguaia, Deputado Amador Tut, Vereadora Enelinda Scala, Deputada Serys Shessarenko, colegas.

Eu recebi a missão do Presidente do Tribunal de Justiça para representá-lo nesta oportunidade, quando a Comissão organizadora do trabalho o convidou para vir aqui falar nesta Sessão que tem por finalidade discutir tema sobre as drogas e seus impactos sociais.

Ao Presidente do Tribunal e a mim nos compete falar sobre a atuação do Poder Judiciário no combate às drogas pelo prazo de dez minutos. Então, eu faço compromisso com todos que se ultrapassar esse prazo a minha orelha estará à disposição.

A primeira preocupação de quem recebe uma missão, principalmente de alta relevância como esta, é dividida. Em primeiro lugar a preocupação em saber se vai desempenhar o papel à medida que desempenharia aquele que seria a pessoa certa no lugar certo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Depois a preocupação da apresentação, porque apresentar em público não é coisa fácil, não é matéria fácil, principalmente para um garimpeiro da minha categoria que de retórica nada entende e nada sei sobre a oratória.

Mas tudo isso em mim, neste momento, desvanece, porque eu venho aqui à Casa do Povo, onde está composta uma Mesa de pessoas amigas que poderão relevar as minhas falas, além da platéia que também me ajuda, porque eu vejo pessoas amigas que não vão levar isso em consideração, enquanto que o Presidente poderia vir aqui abrilhantar o Congresso, talvez eu não seja capaz nem de apenas obscurecer.

Mas, vamos dizer o que é que o Poder Judiciário faz para combater as drogas. Primeiro, nós temos que dividir a função no combate às drogas, que é o que nós estamos fazendo e é louvando essa função da Casa do Povo, porque é o Legislativo que tem contato com o povo. A recente Lei de combate ao tóxico, que é a Lei n.º 10.409, que o Deputado Humberto Bosaipo citou, de 11 de janeiro de 2002, um diploma que veio com a intenção de reformular tudo que existe sobre droga desde o ano de 1991 e, na verdade, depois eu vou citar apenas um exemplo para dizer que a lei não serve para fazer rascunho. Mas, já dita aqui no seu § 2º, porque o § 1º já foi vetado, o dever de todas as pessoas, inclusive, o Poder Judiciário, de combater as drogas, quando assim se refere: “É dever de todas as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, com domicílio ou sede no país, colaborar na prevenção da produção do tráfico ou uso indevido de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependências físicas ou psíquicas”. Evidentemente, que não se trata de drogas que não são alucinógenas, como é o caso de álcool ou outro tipo de droga ou de substância que causa impacto psicológico, mas não são alucinógenas. Então, essas é que são as drogas que nos preocupam.

O Poder Judiciário em sua parcela age como age em todos os outros casos, não é só no combate às drogas, é no combate ao crime organizado, é no combate ao homicídio, é no combate ao crime sexual, ao crime contra o menor. A função do Poder Judiciário é uma só, ela resulta da regra geral da forma de organização política do nosso Estado. O nosso Estado herdou da Europa, nos idos da civilização mais adiantada, a Teoria de *Montesquieu*. Todos aqueles que estiveram pelos bancos da universidade, do curso de Direito ouviram falar nele, Marquês de *Montesquieu* que lá um dia descobriu que o poder é demais na mão de uma pessoa, gera arbítrio. Então, nós deveríamos dividi-lo. E criou a tripartição dos Poderes. Poder Judiciário, Poder Legislativo e o Poder Executivo. Poder Executivo governa; Poder Legislativo, faz as leis e o Poder Judiciário aplica as leis.

Então, a função do Poder Judiciário é simples, até o Zezinho do açougue sabe, é aplicar a lei através do Juiz e nada mais. A função precípua é essa, legal. Agora, a função pessoal nossa está inserida no capítulo da Lei porque isso é reclamado de todos nós, a função de combate. Mas não é fácil para o Juiz sair fora do princípio geral de que é a aplicação da Lei e a busca da Justiça se transformou em missão no caso das drogas. E posso adiantar que não é uma missão muito fácil, parece que seria uma coisa comum. Eu leio, descobri que alguém traficou tantos quilos de cocaína e que esse ato dele é crime e que está sujeito a receber uma pena de três a quinze anos. Eu sou o juiz, vou apurar os fatos e a função é essa. Determinadas causas sociais como o tráfico despertam mais atenção sem a menor dúvida, assim como desperta o problema do menor, o problema dos crimes sexuais e outros. Tem crimes que não se ouve nem falar. O Código Penal Brasileiro de 1940 tipifica um crime que se chama adultério. Esse crime, eu desconheço, se alguém for condenado por ele, eu quero pegar a sentença e colocar num quadro, desde que o Código saiu até hoje, mesmo na civilização mais antiga, quando a mulher não tinha ainda adquirido o avanço social e a igualdade que tem hoje, isso nunca existiu. E assim, tem muitos outros que não se maneja no Código.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Então, a missão nossa é essa. Em se tratando de crime de tráfico, nós vamos um pouquinho a mais, nós procuramos fazer terapia mesmo, às vezes até pegar a Legislação em vigor, que não é fácil de ser interpretada na hora de julgar o caso concreto e saber se quem traficou um quilo de maconha, pode receber três anos de cadeia, ou se quem traficou cento e cinquenta quilos, vai receber quinze anos de cadeia, ou se quem traficou uma grama, porque acontece caso dessa natureza, a Lei não distingue, basta que ele venda seja quanto for, também vai levar três, quinze... Então, não é fácil!

Para dar mais um exemplo de que, além da falta de estrutura nas comarcas, juízes que faltam, que nós não vamos buscar soluções aqui, as leis, já houve até um orador aqui que disse que elas não são aplicadas, mas eu posso dizer que não ajudam.

Essa Lei que eu acabei de me referir, eu vou citar só um exemplo sobre ela, porque eu disse que ela não serve para fazer rascunho no verso, e, por esse exemplo, vocês vão chegar lá.

O artigo que cuida dos crimes é o art. 27, que diz assim: “O procedimento relativo a processos por crimes, definido nesta Lei, rege-se pelo disposto neste capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal”. Só que nessa Lei não tem nenhum crime definido. Sabe por quê? Porque o Presidente da República, simplesmente, vetou o Capítulo VII inteirinho, tirou todos os crimes que nele existiam.

Então, a missão do Juiz esbarra nisso aqui, leis mal formuladas, intervenções espúrias, às vezes até de autoridade policial, isenção da responsabilidade àqueles que deviam combater, e tudo isso para dizer que não é fácil.

Quanto à atuação do Poder Judiciário, que se resume tão somente em receber por provocação, pois o Poder Judiciário não pode instaurar nenhum processo de ofício, há um órgão encarregado disso, é o Ministério Público ou, na ausência do Ministério Público, o particular, qualquer um de nós. Se o Ministério Público se recusa aquilo, nós podemos oferecer a queixa substitutiva da denúncia e aí, sim, levar ao Poder Judiciário um fato que é considerado crime, para que nós, no Judiciário, possamos processar e julgar a pessoa que praticou o delito. E, evidentemente, aplicar-lhe a pena ou, se for o caso isento de pena, mandar para tratamento, se é dependente ou se é traficante. Enfim, agir dessa maneira. Mas é curta e grossa a atuação do Poder Judiciário, no meu ponto de vista. Pena que não temos mais tempo, senão eu abriria a palestra para que alguém que tivesse alguma dúvida, fizesse interpelação do fato.

Mas, enfim, nossa missão é essa: os juízes nas Comarcas, os desembargadores nos Tribunais com mais missão, porque, além de corrigir o juiz, tem que corrigir também às vezes até a própria conduta do ser humano na hora em que pratica o crime para, no final, absolvê-lo, se for o caso, mandá-lo a tratamento ou aplicar a pena com uma medida profilática que também já nos deixa numa sinuca, e numa sinuca de bico para aqueles que entendem do jogo. Porque prisão não resolve mais a situação de ninguém. É duro um ser humano mortal, que nasce e morre pelo processo que nasce o delinqüente na função de juiz de dar a sentença de prisão a alguém. Já não é fácil essa missão, por quê? Porque a justiça divina é a justiça correta, essa, sim, vai igualar a todos da maneira que trouxe todos nós aqui. E principalmente quando se sabe que essa prisão é desvirtuada pela falência do nosso sistema carcerário.

Enfim, a missão do Poder Judiciário é essa com suas dificuldades, mazelas, que eu esclareço a vocês com este pouco poder e disposição que eu tenho, mas honesto e de coração.

Agradeço a presença, a tolerância, e a Mesa pelo convite para fazer a palestra.
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nós gostaríamos de dizer a todos os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

palestrantes que dentro do possível reduzissem da melhor forma, sem prejudicar evidentemente o conteúdo da sua fala, porque nós temos uma série de pessoas inscritas e, se houver muita delonga, eu tenho a impressão de que a Sessão perderá um pouco o seu brilho. Esta é uma posição que a gente sente ao perceber que há um certo esvaziamento na Sessão e em função disso, nós solicitamos que isso seja feito.

Com a palavra, o Dr. Zanizor Rodrigues da Silva, Diretor do Hospital Adauto Botelho, representando o Secretário de Estado de Saúde, para fazer a palestra sobre Política de Saúde Pública sobre Drogas.

O SR. ZANIZOR RODRIGUES DA SILVA - Boa-noite a todos.

Quero agradecer a oportunidade de poder falar com todos, agradecer ao Sr. Presidente da Assembléia e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e à Prof.^a Enelinda, com muito especial carinho.

Falar sobre drogas, como todos sabem, é uma questão muito complexa, é um problema extremamente difícil e que envolve muito mais do que simplesmente a questão Saúde. Não é tão simplório assim lidar com esse problema. Nós vamos ser bem objetivos e falar bem o que a gente imagina.

A busca da droga, evidentemente, está envolvida com diversos aspectos da personalidade do indivíduo, desesperança, objetivos, uma busca de uma solução mais imediata de prazer e numa relação de desestruturação de personalidade, a droga serve com um antidepressivo, como um tranqüilizante. E nós sabemos também que, por outro lado, se existe um apelo bem sub-reptício, que é colocado da droga como uma situação mais glamourosa, o álcool é colocado como uma situação de poder, de tudo ser possível, a mídia coloca o álcool sempre ligado a esporte, sempre ligado ao poder. Então, na associação da droga também com dinheiro, o tráfico, que é igual ao dinheiro, que é igual ao poder, tudo isso aí é muito complexo a gente falar da droga e achar que a droga simplesmente estaria relacionada à questão Saúde. Então, não é tão simples essa questão. E não é só a saúde que é comprometida nessa questão. Existem outros fatores, diversos outros, e que os Senhores já ouviram aqui no decorrer das outras palestras, mas nós vamos falar como é a questão droga para nós que vivemos na área da saúde e como essa situação se apresenta.

A droga é uma situação, a dependência de droga é uma situação dramática, talvez não exista coisa tão ruim, uma situação tão ruim do que um indivíduo que entra na fase de dependência de droga.

Eu sou psiquiatra, eu faço uma comparação que as vezes é mais fácil tratar um psicótico, ou seja, uma pessoa com confusão intensa, com transtorno muito intenso, é muito mais fácil tratá-lo do que tratar um dependente de drogas, porque esse indivíduo que não tem capacidade talvez de definir o que ele faz, o que ele diz naquele momento, sob um tratamento médico ele consegue ter essa resolução, passa a ter conseqüências, enquanto que o drogadito não. O usuário de droga, o dependente de droga ele depende dele, ele não dá conta disso aí. De forma que a dependência de droga é muito pior do que qualquer coisa que a gente possa imaginar. Nós somos psiquiatra há muitos anos e nós sabemos a dificuldade que existe em relação ao trato disso, álcool e droga, evidentemente.

Epidemiologicamente, a questão maior é o álcool. Os Senhores viram aqui o Professor falando exatamente isso, 5% da população é alcoolista, 5% da população. Os Senhores podem fazer a dimensão que têm, se nós temos aqui dois milhões e quatrocentos, calculem quantos são dependentes de álcool. Enquanto que a questão droga, nós não temos estatística fidedigna, ela é dita em torno de 0,25, outros falam 0,05% da população como usuário de drogas. E é uma estatística não muito

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

definida.

Entretanto, nós que trabalhamos com serviços, nós trabalhamos com serviço de ponta, onde nós recebemos esses usuários, nós sabemos que cada vez nós estamos enchendo os nossos serviços com pessoas em fase de crise no uso de droga, de dependentes. Em alguns momentos, os nossos hospitais estão em torno de 45% com pessoas com agravos em decorrência de álcool e drogas evidentemente, e nós vemos isso nitidamente.

E mais ainda, há dez anos atrás, há pouco tempo atrás, as drogas mais usadas eram os solventes, a cocaína, a maconha. Hoje, as drogas mais usadas são aquelas que criam uma adição muito mais rápida, que é o *crack*, que é a pasta básica.

Outra questão: a idade do dependente, do drogadito, está cada vez menor, nós estamos pegando crianças com menor idade e na fase de dependência.

Muito bem, mas tudo isso é uma situação assim... Mas como nós vamos melhorar essa situação? Não existia política de saúde específica para dependência de droga, para a droga. Não existia no Brasil.

Nós que trabalhamos há muitos anos na área de saúde mental, evidentemente, não existe um programa específico para tratamento de drogadito. Não existe isso daí.

Então, agora, exclusivamente para abuso de drogas, ela estava sempre inserida dentro dos programas de saúde mental. Os programas de saúde mental, vamos tratar o psicótico, vamos tratar uma pessoa com transtornos psíquicos e inseria nesses programas o problema do alcoolismo, que era um grande problema.

Em Mato Grosso, quem fosse viciado de droga, como ainda é hoje, ou ele vai para um hospital psiquiátrico, que é o Hospital Adauto Botelho, ou para o Instituto de Neuropsiquiatria, que é um outro hospital psiquiátrico, conveniado com o SUS, e não haveria nenhuma outra alternativa para esse dependente ser tratado diferente desse serviço.

Há seis anos, foi criado, aqui em Mato Grosso, aqui em Cuiabá, um CAPS, um serviço ambulatorial especializado, que foi lá no Adauto Botelho, e que é um CAPS de dependência química.

Existe, também, um outro CAPS de dependência química, que é lá de Rondonópolis, são ambulatorios especializados e fazem um serviço ambulatorial razoável.

Mas, somente em fevereiro de 2002, é que começaram a existir portarias do Ministério da Saúde que começavam a pensar na questão específica drogas, como tratar a dependência de drogas. Então, foi a partir desse ano que começaram.

Então, a Portaria n.º 336 falava da normatização, da construção de CAPS - Centros de Atenção Psicossocial, ou seja, ambulatorios. Então, a partir de fevereiro se pensou nisso para atendimento de dependência química, isso falando para uma população de setenta mil pessoas ou mais.

Uma Portaria do Ministério da Saúde, de abril desse ano, já falava na atenção comunitária integrada, também, para usuário de álcool e droga, e a finalidade era prevenção, assistência e regulação de referência, contra referência também. De forma que essas portarias são muito recentes. E a partir daí é que se começa a ter alguns dados oficiais.

Outra Portaria, a de n.º 035, que é de maio deste ano, dá as coordenadas de como poderemos cadastrar essas coisas junto ao SUS. Mas, essas portarias que nós temos, são bem recentes. Quer dizer, até, então, todo serviço era feito junto aos outros serviços da área de saúde mental. E acontece que a questão também não é tão simples, tem outras questões aí. Quem cria esses CAPS, quem cria ambulatorios de saúde mental, quem faz esses serviços é o município.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Veja bem, o Estado cria políticas, quem executa é o município. Quem atende um cardiopata não é o Estado, é o município. O município é que é o executor de serviços. E esse cadastramento legalmente, por isso, é SUS, e conseqüentemente o financiamento dele, o setor público é todo pelo SUS, ele tem que ser feito via município. E o que acontece? É que muitas vezes nós não conseguimos sensibilizar o município.

O município às vezes, a gente fala que é uma prefeiturização, o município ao invés de municipalizar a saúde, às vezes, ele é prefeiturizado, depende da questão política, do interesse político do Sr. Prefeito, aí eles não aceitam. Muitas das vezes tivemos municípios em que disseram assim: “Para que vocês vão criar serviços de dependência a drogas? Vocês vão trazer drogaditos para o nosso município?” Nós tivemos rejeição para criar serviços de internação em alguns municípios. Nós fizemos uma reunião com a Câmara de Vereadores e jamais voltaremos a fazer algo assim, porque fomos escorraçados da cidade, é uma cidade extremamente estratégica para ter esse tipo de serviço.

De forma que, vejam bem, quem faz o serviço, quem é responsável pela execução de criação de serviço de assistência é o município. O Estado não é obrigado a este tipo de coisa, ele traça política. Mas isso tudo é muito difícil de resolver às vezes.

Então, como dissemos no início da nossa palestra, que o serviço de assistência está ligado à assistência de saúde mental como um todo.

No entanto, o Estado está implantando, apesar dessas coisas todas que eu estou relatando, a dificuldade com o município, o Estado de Mato Grosso está implantando ainda este ano, vai implantar, já está em serviço de organização. Nós vamos construir dezoito CAPS que são serviços ambulatoriais no interior do Estado e esses dezoito CAPS são serviços de assistência ambulatorial mistos, eles vão ter, além de assistência à saúde mental, também terão serviços de assistência à usuários dependentes e drogaditos, de todos. Então, o Estado apesar disso está construindo.

Quanto à questão de assistência de internação, quando o usuário tem necessidade de uma assistência internada? Nós não temos, nós não oferecemos nada. A única oferta que existe ainda continua sendo o Hospital Psiquiátrico, que não é adequado para assistência, não é adequado. Nós oferecemos o Hospital Adauto Botelho, que tem profissionais, evidentemente, especializados, mas não é adequado, o ideal seria serviços especializados para tal finalidade.

Enfim, era só isso que eu queria falar bem objetivamente, dizendo que nós temos que construir isso. A questão droga não é uma questão Saúde, a Saúde é uma das vertentes da questão. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Registramos com satisfação a presença do Vereador João Batista.

Na seqüência, convidamos o Grupo Infanto-Juvenil Teatral para apresentar a peça sobre Drogas.

(O GRUPO INFANTO-JUVENIL TEATRAL APRESENTA A PEÇA SOBRE DROGAS - PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Convido o Grupo Infanto-Juvenil Teatral, neste ato representado por Katy Helen Teixeira da Silva, para receber das mãos da Vereadora Enelinda Scala a Moção de Louvor.

(A SRª VEREADORA ENELINDA SCALA PROCEDE À ENTREGA DA MOÇÃO DE LOUVOR À AGRACIADA PALMAS.)

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Convido a Sr.ª Sueli Costa Amorim para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

receber das mãos do Deputado Humberto Bosaipo a Moção de Louvor.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO PROCEDE À ENTREGA DA MOÇÃO DE LOUVOR À AGRACIADA - PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Convido a Prof.^a Maria das Graças Campos, representando a Secretaria de Estado de Educação, para falar sobre política de educação pública.

A SR.^a MARIA DAS GRAÇAS CAMPOS - Boa-noite a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Vereador João Malheiros.

Quero dizer também que a gente lamenta pelo adiantado da hora e o cansaço das pessoas na platéia e que nós gostaríamos que esta Casa de Leis permitisse momentos em que todos aqueles integrantes e líderes que se faziam presentes no início pudessem somar conosco numa ação ampliada e quase que emergente com relação ao combate às drogas.

A nossa Secretaria de Estado, em articulação com o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 1998, promoveu uma série de debates e de estudos sobre a questão do envolvimento com o uso de drogas. Nesses estudos, nós fizemos reuniões para buscar uma explicação principalmente com relação à questão da situação de risco das crianças e adolescentes. E detectamos que a questão de situação de risco estava intrinsecamente ligada à questão do uso o envolvimento com drogas.

Buscamos um outro desdobramento das comissões, as entrevistas com equipes de outras áreas. Inclusive está presente o Dr. Zanizor, uma das pessoas que nós entrevistamos e nós chegamos à conclusão que a temática é muito profunda, ela não só envolve aspectos educativos, mas culturais e, sobretudo, é uma temática que não pode ser trabalhada isoladamente.

Essa temática demanda ações dentro de uma tríade que nós consideramos que são as ações coercitivas, as ações emergenciais e as ações educativas.

Nós sentimos, por parte da Secretaria de Educação, que as drogas estão dentro das escolas por envolvimento dos alunos com ela. Nós temos, também, a pressão das drogas fora da escola, e que de nada irá adiantar nossas palestras e nossa ação educativa se não houver uma ação coercitiva, uma vez que nessa comissão recente que nós criamos para discutir a questão da violência nas escolas, nós constatamos que quando o traficante não tem condição de entrar na escola, ele joga a droga pelo muro - isso está acontecendo em Cuiabá. E os pontos de drogas também estão se formando na frente das escolas.

Nós temos um outro problema muito grave: nós não temos o aporte de outras áreas para resolver a questão das dependências, dos extremos distúrbios ocasionados por essas dependências.

Nós temos, aqui, também, uns dados que nós coletamos nessa comissão, a qual estarei coordenando por designação da Secretária de Estado de Educação, a Professora Marlene, nós temos, aqui, na região Oeste: de sete escolas que nós entrevistamos, que estavam com problemas ligados à violência, interna, simbólica e outras formas de violência, apenas uma não citou droga como o primeiro problema.

Então, a Secretaria de Estado de Educação e a área de Educação também vem, aqui, pedir socorro, porque um professor jamais, por mais que seja capacitado, estimulado, sem um aporte de outras áreas e, principalmente, da família, da sociedade, ele jamais vai chegar num resultado educativo. Nós temos constatado questão crescente da evasão, do abandono escolar, principalmente, em Cuiabá e em outras cidades de médio porte, em função de envolvimento com drogas. Mas também para a nossa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

surpresa, essa questão da droga está disseminada, ação coercitiva é leve, porque a expansão é muito grande do problema.

Em recente trabalho na comunidade de Alto Coité para a implantação do Programa Xané, o qual eu coordeno na Secretaria, as mães se reuniram dizendo que o maior problema que elas têm em Alto Coité é o envolvimento com o uso de drogas. Um Distrito, uma cidade pequena do interior.

Nós formos também no trabalho do Conselho da Criança e da Secretaria do Estado de Educação, em Primavera do Leste, e as pessoas disseram que elas são coibidas de fazer até as palestras nas escolas. Que a escola foi simplesmente, eles foram quase que invadidos pelas pessoas que dominam o tráfico de drogas na cidade e elas cortavam a luz da escola. Então, nem palestras, às vezes, a escola está tendo condição de desenvolver.

Para nós ainda existe um problema muito sério, porque a questão da palestra, ela ajuda, ela colabora, mas a nossa juventude está buscando uma participação maior em outros programas e nós sentimos a ausência de implementação de outros programas, principalmente de estímulo ao trabalho, à cultura, ao desporto, um envolvimento mais forte tanto das instituições quanto da sociedade civil organizada e até desta sociedade para colocar para os Governos que isso é prioridade, para que esse recurso público seja destinado a essas ações.

Nós temos também uma experiência que nós queremos compartilhar aqui nesta Casa de Leis. Eu coordeno na Secretaria de Educação o Programa Xané, a partir de 1997. Nós estamos com quarenta e três mil crianças no programa e adolescentes em oitenta municípios do Estado. Nós nunca registramos um caso de gravidez na adolescência e nem sequer ninguém fala em droga no Programa. Nós nunca fizemos palestras de combate à droga. Mas é um Programa estruturante de atenção integral à criança e ao adolescente, onde a Secretaria articula com as Prefeituras e que essa articulação não passa pelo critério partidário, mas pelo critério de política de atendimento à criança e ao adolescente. Nós temos convênio com todos os Partidos e todas as Prefeituras que interessam fazer um convênio. Trabalhamos com organizações não-governamentais e com as escolas.

Concluimos que só ações estruturantes vão resolver a questão da droga e que não adianta uma ação coercitiva sem uma ação cultural, social e educativa. E como dizia aqui o Dr. Zanizor, esse não é só um problema de saúde e não é só um problema de educação, esse é um problema cultural, porque a droga, hoje, já perpassa todas as camadas sociais e econômicas da sociedade. Então, nós não temos mais um problema de classe com drogas, se bem que essa questão nos bairros é bem mais acentuada em função dessa ausência de geração de renda, dessa ausência de prospecção para essa juventude e que a droga acaba ocupando o espaço, o espaço que seria das políticas estruturais.

Como o meu tempo está acabando, eu gostaria de deixar para todos aqui, que nós da Secretaria estamos investindo na educação de jovens e adultos, nos programas de formação profissional para os adolescentes e as famílias. Neste ano foram construídas mais de cento e trinta e seis quadras de esportes, que não havia nas escolas. É um pleito para que a escola estenda a sua ação mais cultural, mais desportiva. Mas, muito há que se fazer, sobretudo, para que se rompa com esses muros das escolas e que a escola passe a estabelecer uma relação mais dialógica com essa problemática. Não sei se os senhores já observaram, as escolas estão só colocando muro, colocando muro, colocando muro. Às vezes, para se chegar no centro da escola, nós estamos passando por três muros. E nós temos uma experiência lá no bairro Pedra 90, através do Programa Xané, que nós temos apenas a grade na frente e a nossa escola, a Escola Rafael Rueda foi selecionada entre as quatro escolas brasileiras que apresentaram alternativas de solução com relação à violência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Olha, a gente não pode ficar muito reclamando das coisas, nós temos que ser parceiros. Este não é só um problema de Governo, este é um problema de Estado, este é um problema de sociedade, este é um grande problema nosso, de todos nós, principalmente, para que essa sociedade seja mais justa, mais digna e mais solidária.

Eu vou deixar para todos um pensamento de Sartre, que é muito sábio. Sartre dizia que: “Liberdade é saber dizer não.”

Mas eu acho esse outro pensamento mais bonito ainda: “O importante não é o que fizeram de nós, mas o que vamos fazer daquilo que fizeram de nós.” Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Concedo a palavra, ao Dr. José Antônio Vieira, Presidente do CONEN de Mato Grosso, que falará sobre a atuação do Conselho Estadual de Entorpecentes.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA - Boa-noite.

Eu quero cumprimentar a Mesa em nome do Vereador Presidente João Malheiros.

O Conselho Estadual de Entorpecentes é um órgão colegiado que está na Secretaria de Justiça e Segurança Pública e tem por objetivo a regulamentação da sociedade mato-grossense no aspecto da questão das drogas.

Agora, com cinco minutos realmente eu vou falar só da proposta, Vereador, porque existe muito a ser feito.

Eu entendo, como Presidente do Conselho, que muita coisa precisa ser feita, a começar pelos Conselhos Municipais, é uma necessidade, como dizia o Dr. Zanizor, os trabalhos do Conselho, em termos de saúde pública, ou em termo de prevenção às drogas, são peças fundamentais. Como gostaria de dizer que também o Poder Judiciário se faz necessário, tanto quanto o Poder Legislativo. De repente, hoje se falou muito sobre todas as questões das drogas, mas nós deixamos de lado a questão dos bens apreendidos do narcotráfico, nós não temos como trabalhar sem o Ministério Público, nós não temos como trabalhar sem o Judiciário e não é uma questão dessa Lei que está sendo proposta pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a qual foi vetada em seu teor máximo, mas nós precisamos rever certas situações, o que é que o poder público pode estar fazendo e de que forma que a sociedade poderá estar contribuindo sobre todos os aspectos.

Eu entendo, como profissional da área que, enquanto o familiar perde o controle do seu ente querido, com relação às drogas, é responsabilidade do poder estadual, do poder público e a forma de como conduzir isso aí hoje nós temos como regulamentar.

O Conselho já tem feito isso em nível de Estado na questão da regulamentação das políticas.

Nós fizemos um fórum, no ano passado, e levantamos cento e três propostas das quais a primeira dela aparece em termos de capacitação de profissionais. Mas se fosse só aí, estaria fácil de resolver essa situação.

Nós temos conseguido, também, através do Ministério da Justiça, uma verba onde estamos construindo, em fase bem adiantada, um centro de tratamento para usuários de drogas, que fica atrás do DETRAN.

Então, são todas propostas que nós precisamos de mais avanço. E nesses avanços pretendidos, nós esperamos poder contar, também, com a questão de mais um concurso público, tanto em nível municipal, como em nível estadual, para que isso possa trazer subsídios, trazer mais profissionais para que possam estar atuando diretamente nessa questão.

Eu achei interessante a fala da Professora Maria das Graças, até por questão de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

valorização daquilo que tem sido feito, aqui em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. É difícil perceber, mas existe prevenção, aqui, em Cuiabá. Existe prevenção em Mato Grosso. O que precisa é de adequação a essa prevenção, precisa de integração na forma como estamos conduzindo isso aí.

Seria interessante se nós pudéssemos ter dentro das escolas inúmeras situações, mas nós precisamos entender que dentro da escola se vai para estudar. E se o Projeto Xané tem na sua característica, do pouco que tenho conhecimento dele, uma opção maravilhosa de você poder não só ter a pessoa atendida, e pessoas aquelas, eu diria que são a maioria delas, que têm pais que não tiveram direito ou oportunidade, talvez, de conceder uma história melhor para o seu filho, uma dignidade melhor de criar o seu filho. Esse público alvo está inserido no Projeto Xané e dentre outros projetos, também, do município de Cuiabá.

Então, é muito importante podermos levantar tudo isso. Mas não é uma tarefa, simplesmente, do Conselho Estadual.

Eu sei que existe uma demanda reprimida na área de tratamento, e essa demanda passa da classe média para a classe alta, e nós não temos conhecimento de como essas pessoas são tratadas, de que forma elas podem ser tratadas.

Então, na questão da regulamentação das políticas públicas, é muito interessante que possamos ver como um todo uma forma, não tem como trabalhar sem o Judiciário, sem o Ministério Público, como também não tem como trabalhar sem educação, sem saúde, sem ação social, nós não temos como desenvolver, nós não vamos chegar a um lugar, assim, imediatamente. A questão das drogas, hoje, realmente, precisa ser entendida e muitas vezes não é só com a questão do tratamento, porque as famílias, esses usuários, esses dependentes hoje, a maioria deles é fruto do meio em que eles vivem, seus pais desestruturados.

A questão do alcoolismo, muitas vezes, na nossa cultura permeiam certas situações que precisam de mudanças. Na escola principalmente ela está muito ligada na questão de Festa Junina hoje, que não são mais festas, como o senhor dizia, há tempos atrás, que tinha quentão, mas não tinha o abuso que hoje a gente verifica dentro das escolas, principalmente.

Quer dizer, não é só a droga ilícita que está dentro das escolas, mas a droga lícita. De repente o momento em que acontece uma festividade que aquelas crianças estão sendo observadas, as universidades que nós temos aqui cercadas por bares, se o aluno não tem aula, de repente, vai para dentro do bar. Ele vai jogar bozó, bilhar. Quer dizer, como que a gente pretende avançar sem que nós tenhamos esse apoio, essas condições para trabalhar?

A questão das drogas em termos de prevenção, eu entendo que ela começa na família. Ela vai à escola, à comunidade e vai no âmbito profissional também. Então, se nós conseguíssemos contemplar toda a situação da prevenção que hoje eu não a vejo como prioridade, como deveria ser. Usa-se drogas vinte e quatro horas por dia e as nossas ações não chegam a uma hora por dia em termos disso. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite que tem compromisso e fará um breve relato.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nós queremos ser bem breves, porque nós temos compromisso e estamos, inclusive com o Prefeito, Luiz, de Terra Nova, e o Vice-Prefeito, Manoel, estão presentes aqui com uma comitiva de Terra Nova do Norte. Nós não poderíamos deixar de dar a nossa opinião, Sr. Presidente.

Nós participamos, eu, a Deputada Serys Slhessarenko e outros Deputados da CPI do Narcotráfico. E nós apresentamos nesta Casa de Leis um Projeto chamado exame de toxicologia, que,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

infelizmente, não foi aprovado. Nós temos pesquisas e quero aqui fazer um alerta aos senhores pais porque é muito mais grave do que se coloca aqui a situação, ouvindo aqui os palestrantes.

Nós temos pesquisas no Estado de Mato Grosso, nas escolas públicas e mais de quarenta por cento dos jovens são dependentes ou foram, ou estão sendo dependentes de algum produto químico, da droga. Isso representa o quê? A família que tem dois filhos, ele praticamente é um forte candidato a ter um filho no mundo da droga. Isso é real! Escondem alguns números, sim! E nós entramos aqui com um Projeto de Lei do exame toxicológico no jovem quando ele ingressar no 2º grau, porque vendo a apresentação dos jovens que estavam aqui, é naquela idade de 10, 11, 12, 13 anos que ele não tem a sua personalidade ainda formada e onde ele chega, o adulto oferece a droga e coloca ao jovem: “Você tem que cheirar, você tem que fazer isso, fazer aquilo, porque senão você não é homem, você é isso, é aquilo”. E ele entra por inocência.

Então, eu acho que se nós tivéssemos aprovado, se aprovarmos no Brasil esse exame, que é o seguinte: o estudante, quando for se matricular no 2º grau, irá fazer o exame toxicológico. Agora, é lógico que tem regras para isso. Nós apresentamos esse projeto e eu tenho certeza que nós daríamos um grande passo, apesar dos Direitos Humanos e outros que questionam isso. Eu tenho certeza que para diminuir as drogas temos que educar o cidadão, a criança, porque ao invés de educá-los, nós só iremos tratando, tratando, tratando e nunca nós iremos acabar com a droga. A partir do momento que nós educarmos a sociedade, o jovem e mostrarmos a ele o caminho, quando ele for adulto, ele não irá mexer com droga.

Pena que o tempo é muito curto, mas nós debatemos isso muito e nós não conseguimos aprovar esse projeto. No Rio de Janeiro foi aprovado, na Câmara dos Vereadores, Sr. Presidente, e tenho informações que foi sancionado esse Projeto de Lei e está ajudando a diminuir a droga nas escolas principalmente.

Então, eu quero aqui dizer que é lamentável e de nada adianta debates e debates. Na teoria é uma coisa e na prática é outra. Então, esse exame, eu tenho certeza que seria de grande valia. Eu posso apresentar esse Projeto a quem tiver interesse. Depois de ver, na íntegra, este Projeto, eu tenho certeza, quem for olhar irá entender, porque é de suma importância, porque os pais têm que participar. A partir do momento que meu filho fizer esse exame, ele será resguardado, ninguém ficará sabendo, o Diretor da escola chamará o pai e vai falar para o cidadão: “Seu filho é dependente de droga” e terá o tratamento também. Ele vai saber, vai inibir, sim! E tem que inibir um pouco, sim! Eu questiono isso, porque quando o jovem souber: “Meu pai está sabendo ou vai ficar sabendo que eu estou mexendo com droga”, ele vai cuidar para não entrar nesse mundo.

É lógico que em dois ou três minutos nós não temos tempo aqui para falar sobre isso. Mas é uma questão que nós debatemos muito aqui nesta Casa de Leis e acredito que quem sabe no futuro nós possamos conscientizar melhor a sociedade e aprovarmos um Projeto de Lei dessa envergadura que é de suma importância e eu tenho certeza que iremos corrigir.

Eu quero aqui pedir desculpas pelo avançado da hora, o Presidente e o Deputado Amador Tut ficarão aqui, eu tenho uma comitiva de prefeitos e demais pessoas que estão me aguardando. Deixo aqui, se isso é contribuição, eu vendo aqui um Projeto que foi aprovado no Senado, em partes aqui eu vejo que não muda quase nada, pode até incentivar mais pelo que eu li aqui.

Então, é lamentável, e a droga nós sabemos que é uma das principais economia do planeta, ela movimenta milhões e milhões e nós vemos aqui os Estados pedindo apêndice de tudo, tenta reprimir aqui no Brasil, mas a verdade é bem outra. Eles não querem que venda drogas aqui porque eles querem vender porque é uma economia e ela resulta em poder, em recurso e em dinheiro. Então, é uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

questão que é lamentável.

Eu agradeço de qualquer forma, Sr. Presidente, e parabenizo esta Casa de Leis e a Câmara Municipal de Cuiabá por ter tido essa iniciativa de fazer essa palestra que é de suma importância. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Concedo a palavra, ao ilustre palestrante, Dr. Richard Leopold Schwarz, psicólogo e falará sobre a atuação dos grupos de apoio.

O SR. RICHARD LEOPOLD SCHWARZ - Eu vou ser o mais breve possível e vou mudar um pouquinho do que eu tinha preparado para falar, mas bem breve.

Podemos observar nesta noite, como o assunto drogas deve ser pensado sobre diversas óticas, não existe uma única ótica para se pensar sobre o tema drogas e isso ficou comprovado aqui. Cada um que ocupou a tribuna abordou de uma maneira diferente e com propriedade. É um problema de saúde pública, é um problema de personalidade, é um problema educacional, é um problema familiar, é um problema de se defrontar com o dependente de drogas e tudo mais que nós possamos citar, e grande parte da minha vida tem sido dedicado a isso.

E nesse defrontar com o dependente, com o usuário, com aquele que faz abuso, que não é dependente ainda, eu tenho contado com o apoio de pessoas e instituições importantes na minha vida, já são doze anos.

Não tenho procuração para falar em nome, mas gostaria de agradecer, e esse é o meu objetivo, aqui, aos Alcoólicos Anônimos, ao AL-ANON, aos Narcóticos Anônimos, Amor Exigente, parabenizar a Maçonaria pelo belo trabalho que tem feito em todo o Estado, à Polícia Militar, com um programa que eu tomei conhecimento, há uma semana atrás ou duas, e achei muito bom - vocês estão de parabéns, assim como outras instituições.

Eu tenho contado também com cinco pessoas, aqui no Estado de Mato Grosso, que eu gostaria e faço questão de citar o nome delas, porque eu tenho por hábito procurar estar perto de quem conhece mais do que eu, porque assim eu posso aprender um pouquinho mais de cada um. Eu peço licença para citar o nome dessas pessoas que são importantes: Dr. Mauro Jarros, clínico geral, que tem me dado um suporte bastante significativo; Dr. Jonas Eduardo Valença, de quem eu tenho me socorrido e também não tem medido esforços, não só para os pacientes que eu encaminho, quando temos a oportunidade, mas também para me ajudar nas dúvidas que tenho; Dr. Germano Augusto Fischer, que de igual forma sempre tem me assistido; Dr. Lúcio Araripe que também tem sido uma pessoa que tem me ajudado e tem sido uma influência na minha vida profissional; Dr. Josemar Onório Barreto, todos médicos psiquiátricos, com exceção do Dr. Mauro Jarros, que também com o Dr. Josemar que temos trocado muito. Eu tive o prazer de conhecer, embora tenha ouvido falar bastante no Dr. Zanizor, o seu nome tem sido muito constante para mim, mas é a primeira vez que nós estamos tendo esse contato.

Eu quero dizer que endosso em 100% a sua fala. E agradeço, porque isso me dá mais estímulo para algumas coisas que eu penso, porque têm pessoas com muito mais capacidade que eu pensando, com muito mais experiência do que eu pensando.

Eu fui nesta noite um aprendiz. E agradeço aqueles que ocuparam aqui. E a essas pessoas que de coração eu citei, eu não preciso jogar confetes nenhum em vocês.

Muito obrigado, Vereadora Enelinda Scala, por me proporcionar esta noite, e quero de público pedir-lhe desculpas por qualquer coisa que tenha sido de não condução adequada dos trabalhos. Muito obrigado a todos vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nós queremos em tempo ainda dizer

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

que o Deputado Humberto Bosaipo havia naquele momento se ausentado desta Casa de Leis para tratar do assunto dos funcionários da FEMA, questão salarial.

Com a palavra, o Tenente Coronel Mauro Antônio Britta, representando o Comandante da Polícia Militar de Mato Grosso.

O SR. MAURO ANTÔNIO BRITTA - Boa-noite a todos os senhores em nome do Excelentíssimo Presidente da Mesa, Vereador João Malheiros, ilustres políticos aqui presentes, Dr. Zanizor, trabalhador da causa.

Enquanto militar, eu sou contra o militarismo, esse militarismo que marcou profundamente alguns nobres homens do Exército Brasileiro, das Forças Armadas e das Polícias Militares. Eu acredito que a baioneta não resolve nada, a única saída é política! E, em nome dessa saída política é que eu peço aos políticos do meu Estado que façam uma revisão das perspectivas todas, porque a questão da droga é seríssima e passa realmente por algo de muito mais profundo que simplesmente a repressão. Em cinco minutos não dá para falar sobre isso tudo. Falar sobre a Polícia Militar nós teríamos que remontar cento e tantos anos atrás, na época dos Homens do Mato. Falar sobre as drogas, nós teríamos que falar sobre a alma humana, o cerne da alma humana, o inconsciente, o princípio do prazer, a evolução de vida, falar sobre a morte, tem tudo a ver com o consciente humano. As drogas estão atreladas a alma humana. É muito mais complicado do que um simples programa de prevenção ou algo que o valha. A coisa tem que passar pela educação, a disseminação da cultura do inconsciente. Disso aí os nossos psiquiatras sabem muito bem, os nossos pedagogos, os nossos professores sabem muito bem que a questão da droga tem que passar primeiro pela divulgação de uma cultura, uma outra cultura, cultura do inconsciente humano. E isso é trabalhado muito bem pelos psicanalistas. A psicanálise não é psicologia, a psicanálise não é medicina, a psicanálise é uma outra ciência, é antifilosofia. Nós necessitamos terrivelmente dos psiquiatras, nós necessitamos muito da psicologia existencial egóica e, em última instância, nós necessitamos também dos psicanalistas, porque eles é que detêm o conhecimento do real, o real de cada um dos seres humanos, que a droga passa exatamente por aí, não é o real da realidade do dia, é o real que cada um de nós, que somos seres individuais, totalmente distintos um dos outros.

Essa é a realidade. O resto é do campo do saber, a psiquiatria, a psicologia, a política, o militarismo, a Polícia Militar, tudo isso é do campo do saber e isso pode ser aprendido por qualquer um que tenha o mínimo de inteligência. Agora, a questão do inconsciente, do campo do real é outra coisa. É isso que eu falo. É por isso que as ditaduras de um modo geral sempre perseguiram os filósofos, os sociólogos de grande alcance sociológico, especialmente os psicanalistas. O Brasil teve um banho muito grande com a ditadura da Argentina, porque os argentinos expulsaram todos os seus psicanalistas de lá, chegou a ponto de termos há dez anos atrás, no eixo Rio/São Paulo, seiscentos psicanalistas argentino. Graças a Deus, pena porque alguém foi reprimido lá na Argentina para que ele pudesse vir embora.

Bom, em cinco minutos não dá para falar, mas eu quero estabelecer o cenário, algumas variáveis para que a gente se coloque à disposição para as perguntas que os Senhores fizerem depois. Se eu não der conta, o Capitão Rondon também está aqui para me ajudar.

A Polícia Militar aborda a questão das drogas de duas maneiras: uma, visando o público interno e a outra visando o público externo. O público interno, que somos nós mesmos, em razão certamente de que a função policial militar é altamente estressante. É uma das três ou quatro profissões mais estressante do planeta. E, felizmente, o álcool faz lista de ansiedade. Como todos nós somos estressados, chegamos em casa, tomamos uma cervejinha e o policial PM não tem dinheiro para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

tomar cerveja, toma pinga mesmo. Toma pinga e ele chega em casa, tira aquela farda dele de herói, aquela arma e põe lá no canto e dá de cara com o olhar da esposa, dos filhos e vê que ele não é herói coisa alguma. E lá vai pinga mesmo! Isso nós sabemos que produz a dependência química, especialmente dessa pinga amaldiçoada que tem cento e tantas substâncias químicas além do álcool. Se ele pudesse beber a cerveja, o malefício seria menor.

Nós temos aí, realmente, um número elevando de dependentes químicos dentro da Polícia Militar, maconha, cocaína, essas coisas, eu não sei porque se alguém está usando, está muito bem escondido, exatamente, porque são drogas ilícitas. Eu acredito que não, eu acredito piamente que é álcool mesmo. Isso é um problema sério e é disso que eu quero falar com os Senhores depois. Bom, isso visando o público interno.

Com relação ao público externo, nós temos uma abordagem, a interceptiva e a outra é preventiva. A interceptiva é a radiopatrulha, o PM que vai lá, faz a detenção do traficante, entrega na mão do policial civil, faz a detenção do viciado que está produzindo algo tipificado no Código, entrega para a Polícia Civil. O menor é endereçado ao destino certo. Isso na área de interceptação, faz o atalho, o atalho que tem que fazer mesmo e tomar uma atitude repressiva, porque o aparelho ideológico e repressivo é do Estado.

Bom, na questão da prevenção, o próprio policiamento fardado, o homem andando fardado na rua, porque essa é a principal missão da farda, fazer a ostensividade. A própria ostensividade, por si só, já é preventiva, faz a prevenção. E como nós sabemos que não é suficiente, nós adotamos um projeto chamado Projeto PROERD. É disso que eu gostaria de falar com vocês, uma coisa espantosa, fantástica que ainda não são todos os policiais militares que abraçaram a causa, porque tem muita gente que reage, fruto daqueles tempos ainda. Mas o Cel. José Maria de Moraes abraçou a causa, entendeu, o Cel. Manoel, Chefe de Estado Maior, que são os maiores fãs do Projeto PROERD.

Eu quero traçar, rapidamente, a história do Projeto PROERD para que vocês possam entender.

A Polícia de Los Angeles/EUA, em 1983, desenvolveu um programa educacional que visava prevenir crianças, em idade escolar, dos males causados pelo uso das drogas. Para isso, foi criado o *DARE-Drug Abuse Resistance Education*, quer dizer, educação para resistir ao abuso das drogas, um programa que vai além dos tradicionais programas contra as drogas.

É um programa que ensina as crianças reconhecerem e resistirem às drogas e, ainda, as ensinam como resistir na prática a certas pressões e ofertas.

Nós, no Brasil, importamos com o nome de PROERD, que é o Programa de Resistência às Drogas e à Violência.

Com o nome PROERD, adaptação para o Brasil, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, juntamente com as Secretarias Municipais de Educação, Coordenadorias Regionais e Educação e Escolas Particulares, implantou o referido programa até a presente data em nosso Estado.

De imediato, foi alcançado um excelente nível de integração entre a Polícia Militar, alunos, pais, professores e comunidade, facilitando sobremaneira o papel constitucional da Polícia Preventiva.

Bom, nós temos, na verdade, seis ou sete homens trabalhando no PROERD, e nós precisamos de trinta pelo menos. São homens especiais, não são comuns.

No mundo todo, o PROERD só atua com polícia fardada. Por quê? Porque desde que nós éramos pequenos, nos gibizinhos, a mídia, quando se fala de polícia, só se fala de polícia fardada,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

até porque não tem como falar da Polícia Civil se não tem farda, fica até difícil, mas eu acho que a Polícia Civil é elite das polícias, porque ela trabalha com inteligência, e nós com a força, não é demérito isso, nenhum, não há intenção nenhuma. Nós somos realmente o braço armado do Governo. Governo nenhum governa sem a Polícia Militar. Os senhores não vão criar leis que não consigam ser impostas senão pelo braço militar. O Juiz dá a sentença, mas se ele não tiver a Polícia Militar, ele não consegue fazer cumprir a sentença. O Ministério Público não consegue se impor e salvaguardar os direitos de todos os cidadãos se ele não tiver realmente a proteção da Polícia Militar e garantia que faça cumprir.

Então, é ilusão e balela dizer que todo Estado tem que ter o seu representante repressivo, nós somos. A Polícia Civil é inteligência para toda força, o braço do povo, lógico, por isso que existem hierarquia e disciplina. E essa hierarquia e disciplina são extremamente estressantes, mas precisa ter. Por isso, o nosso pessoal se libera de ansiedade de forma alcoólica.

O objetivo do PROERD, o estudo de trabalho, são as crianças de nove a doze anos, por quê? Porque na saída do complexo de Édipo, a maior parte dessas crianças ou por conflito familiar ou não, elas já trazem nessa fase alguns dos seus conflitos emocionais. E é nessa fase que a criança já está na quarta série, é por aí, é a última série em que ela vai ter um só professor e que ainda está presente aquele elo, aquele vínculo transferencial. Dali para frente ela vai ter diversos professores, nessa hora, nem antes e nem depois, é dos nove aos doze, por quê? Porque nesta fase a criança ainda só confia no professor. E a única polícia que ela confia é polícia fardada. Por quê? Porque ela sabe da mídia, do gibi, das revistas, isso não quer dizer que Polícia Militar seja melhor do que a Civil, não é isso. É apenas uma questão do fetiche da farda, do *botton* da farda, da ostensividade.

Outro fator é a hormonação. É muito difícil um adolescente, o hormonando é uma bomba relógio, ainda mais com esses conflitos todos trazidos lá de uma resolução do complexo de Édipo. Então, é uma presa fácil para o traficante.

Eu vejo que o Projeto PROER aqui, no ano de 2002, nós conseguimos com os poucos recursos humanos e manterias dar instrução para duas mil crianças. Essa instrução que são dezessete aulas de uma hora aula cada uma durante o semestre. No ano de 2000 foram duas mil e quinhentas; no 2001, doze mil e quinhentas, de nove aos doze anos; agora em 2002, nós vamos completar vinte mil crianças, com o mesmo grupo de polícias. Só que eles têm que irem para a rua também para pegar o bandido, porque o nosso efetivo é reduzido. Infelizmente! Isso também é estressante para eles.

O policial dentro da sala de aula não assume função nenhuma. O professor fica dentro da sala de aula com ele. Ele não é o dono da sala de aula, apenas ele aborda temas transversais que enriquece o currículo do aluno, ensinando o aluno a reagir às drogas, levanta a auto-estima da criança, mostra os meios de lidar com as tensões do dia-a-dia, resistir às pressões negativas dos companheiros e aprendem a trabalhar em grupo, principalmente, noções de moralidade também são colocadas junto às crianças.

O PROERD não fala mal das drogas, pois falando mal chama mais atenção para as drogas. O PROERD fala bem da vida. O PROERD não leva pessoas ex-viciadas para dar testemunho, pois isso dá a entender que tem cura, e muitas crianças podem achar que podem ir e poderão voltar. Então, também é uma tática nossa. Eu acho que são setenta, oitenta países no mundo que se utilizam do PROERD.

É basicamente isso. Tem a questão da explosão hormonal, tem a questão de que aos dez anos são considerados pré-adolescentes e nessa fase só aceitam informações de quem confiam: pais, professores e policial fardado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Então, é basicamente isso e nós estamos à disposição. A questão interna da Polícia Militar também é séria, mas eu acredito que, felizmente, é só com o álcool. E mesmo que a questão fosse mais séria do que isso, nós não poderíamos levar a público, porque uma situação calamitosa poderia carregar o pânico. Não chega ainda a esse limite de se pensar em pânico, mas nós estamos lutando, é um problema seríssimo mesmo, por tentativa de suicídio, suicídio. E não é só soldado, é oficial também e exatamente porque a função do policial militar é uma das quatro ou cinco mais estressante do planeta.

Então, eu quero lavar o meu testemunho aqui. Nós não estamos brincando, nós criamos um plano, chamado Plano Cidadão, para resgatar a cidadania do nosso policial militar, porque ele também está hipossuficiente nessa questão da cidadania, ainda mais na pecha de militarista, não sei o que e tal, a esse ranço de ditadura ainda, nessa revolução militar que atingiu a todos nós de uma forma avassaladora.

Então, nós estamos aqui à disposição, eu e o Capitão Rondon, filhos da terra, estamos à disposição para qualquer tipo de pergunta.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nós convidamos o Dr. Bibiano Nunes Ferreira Sobrinho, representando o diretor da Polícia Civil que falará sobre a atuação da Polícia Civil no combate às drogas.

Antes, porém, eu gostaria de dizer a todos que é correto e seria muito mais proveitoso se nós tivéssemos tempo realmente para poder deixar à vontade, porque é um tema rico, importante e que seria interessante que tivéssemos trinta, quarenta, um dia para discutir. Infelizmente nós iniciamos a Sessão às 18:30 horas e já vai para quatro horas e meia de Sessão mais ou menos. E é por isso que nós solicitamos que seja colocada com a maior brevidade possível para que nós possamos ainda ter a oportunidade de escutar três ou quatro palestrantes que ainda farão uso da palavra.

Com a palavra, o Sr. Bibiano Nunes Ferreira Sobrinho.

O SR. BIBIANO NUNES FERREIRA SOBRINHO - Boa-noite Senhoras e Senhores, Vereador João Malheiros, Vereadora Enelinda Scala, Deputado Amador Tut, demais presentes. É um prazer estar mais uma vez nesta Casa.

Eu simplesmente gostaria de não ser o menino feio deste debate, porque a Polícia Civil, na parte de repressão, ela é tida como a opressora. Mas eu, como Delegado de Polícia, e policial há vinte e sete anos, tenho que cumprir com o meu dever constitucional.

Quero falar para os Senhores simplesmente a parte... A Polícia Civil não faz só a parte da repressão, faz também a parte da prevenção e a parte social.

Nós temos um projeto do *Rotary*, eu sou rotariano também, fui Presidente do Bandeirante, temos um projeto que já dura seis anos, chama-se: Projeto Prevenir. Tínhamos a autorização da EMBRATEL, onde começou esse projeto e no Estado de Mato Grosso abraçamos essa causa. Capacitamos quinhentas professoras e conscientizamos quarenta e cinco mil jovens, da 5ª a 8ª série, em Cuiabá, Poconé, Várzea Grande e Diamantino. Não fomos orgulhosos, nós expandimos para os demais companheiros e demais municípios o Projeto Prevenir.

Realizei, durante três anos que fiquei à frente da Entorpecente, palestras, no Amor Exigente uma, *Rotary* duas, escolas de 1º e 2º graus do Estado seis palestras, escolas particulares quatro. Participei do *Terceiro Mundo* “O Jovem e a Droga”, no ano de 2000; cursos ministrados: repressão e entorpecente, curso de quarenta horas/aula para a Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal de Várzea Grande.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Cursos que realizei na área de entorpecentes: Academia Regional de Polícia Federal, dois cursos; Polícia Civil de Mato Grosso, um curso; e da USP, onde a Academia de Polícia Civil de São Paulo tem a sua sala de aula, passei dezoito dias fazendo curso de repressão a entorpecente e ao crime organizado e fiz uma palestra também no PROERD.

Na atividade de repressão, a Delegacia de Entorpecente, durante o ano de 1999 a 2000, até o primeiro trimestre, realizou setecentos e oitenta e um procedimentos, ou seja, flagrantes e inquérito policial, envolvendo mil e trinta e oito pessoas.

Tivemos drogas apreendidas nesse período: cocaína - cinquenta e oito mil, novecentos e noventa e sete gramas, não é toneladas, a cocaína e a maconha, internacionalmente, se dá em gramas e não em quilo; maconha - quatrocentos e vinte e seis mil, setecentas e uma grama; armas apreendidas - trinta e sete; carros apreendidos - trinta; motos - trinta e duas; mandados de prisão cumpridos - quarenta e dois; drogas incineradas em 2000: aproximadamente, trezentos mil gramas.

Dessas mil e trinta e oito pessoas que foram autuadas em flagrante ou indiciadas em inquéritos policiais, quero trocar de nome se tiver cinquenta recolhidas na cadeia pública.

A polícia prende, o Judiciário solta. Mas quem paga o pato é a polícia, tanto a Civil, a Militar, quanto a Federal.

Muitas vezes, somos visitados por pais, mães, que nos imploram orientação, vão lá e pedem que o Delegado prenda o seu filho, prenda a sua filha, por, no mínimo, vinte e quatro horas, para ver se aquele susto consegue corrigir o jovem ou a jovem.

Muitas vezes somos obrigados a manter um jovem na delegacia, não no xadrez, mas numa sala, lá, com café, água, alimentação, que, muitas vezes, sai do bolso do Delegado de Polícia ou a comida que vem para o policial, ele divide lá.

Então, o Delegado de Polícia é mal visto quando não consegue combater o crime como a sociedade quer, mas no momento que ele atente satisfatoriamente a um cidadão, ele é o melhor policial do mundo. O mesmo ocorre com a Polícia Militar e com a Polícia Federal.

Muitas vezes, o policial civil, militar ou federal é mal compreendido. Ouve-se falar muito: a PM prende, o Delegado solta. Levou dinheiro, levou vantagem. Isso não é realidade. Se fosse assim, eu estava rico.

Nesses vinte e sete anos de polícia, tudo que tenho foi comprado com sacrifício meu e da minha família. É triste, como Delegado de Polícia, receber a visita de um pai, ele chorar na sua frente, implorar: “Doutor, ajude-me, porque vou perder o meu filho”.

Então, tanto a Polícia Civil, quanto a Federal e a Militar têm trabalho diuturnamente no combate e na repressão ao adolescente, sem deixar de fazer a prevenção. Então, nessa parte quase que a imprensa não divulga, mas, na parte da repressão, quanto maior repressão tiver para a imprensa é melhor, que são as escritas, faladas e televisionadas.

Então, nós temos atendido várias escolas municipais, estaduais. É difícil como Delegado de Polícia você fazer uma tarefa e o pai jogar a culpa na polícia, enquanto que a culpa é do pai. Se nós não tivermos o amor de família, a união familiar, nós perdemos tudo. Tem aquele ditado: “Adote o seu filho antes que um traficante o faça”. E o faz. O jovem para entrar na droga, é fácil, é num piscar de olho. Agora para sair, é difícil. Temos o exemplo da novela *O Clone*. Tivemos aqui a peça de teatro. Isso, gente, é a realidade.

Eu vivo isso há mais de quinze anos. Hoje sou um homem frio, mas meninas aqui me emocionaram. Elas tentaram passar uma mensagem aqui e sem quer, choraram, porque elas se incorporaram ao trabalho que elas estavam fazendo. Isso é a realidade, gente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

O número de jovens, não só em Mato Grosso, mas no Brasil, no mundo, que está se envolvendo com droga, é grande. Precisamos que os nossos Deputados façam leis que dêem condições da polícia trabalhar.

De um ano para cá o Ministério da Justiça acordou para isso. Está dando para os Estados condições para as polícias estaduais, se reequiparem, se reestruturarem e aperfeiçoar os seus policiais.

Enquanto o traficante, no Rio de Janeiro, São Paulo, fatura num final de semana um milhão de reais, o Governo paga um salário irrisório para o seu policial. A tentação é grande. Um quilo de droga comprado aqui na Bolívia custa cinco mil dólares. Chega no Rio de Janeiro por vinte mil dólares. No Japão sessenta a cem mil dólares. Nós temos que combater isso aí.

Enquanto o traficante, o intermediário dele vai usar um carro da época de 20 válvulas, 40 válvulas, a Polícia usa um carro de 5 válvulas, um carro mil. Já fui Diretor de Patrimônio da Polícia Civil, e escutei do Governador: “Doutor, eu não quero carro bom, eu quero é quantidade”. Os nossos carros são carros mil, acabou a garantia dos 15 mil, encosta! Infelizmente, Saúde, Educação e Segurança Pública não são reconhecidas por ninguém.

Sou mineiro, tenho na minha família em Minas Gerais, tanto dos Andrade como do Tobias Forte, políticos, e sempre que eu posso combato diretamente os meus primos, primos de primeiro grau. Eles falam: “Primo, o povão quer ouvir se vai dar Saúde, se vai dar Educação, mas você não consegue cumprir”. Essa é a realidade. Se os nossos políticos não acordarem para essas três áreas, os nossos netos, os nossos bisnetos, o que serão deles?

Então, eu clamo aos nobres Deputados e Vereadores que se unam, levem esse projeto para frente, apertem os nossos governantes, porque nós não sabemos o dia de amanhã. Eu não sei o que será do meu neto, do meu bisneto. A Professora Enelinda sabe o que será do seu neto?
(A SR^a ENELINDA SCALA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL).

O SR. BIBIANO NUNES FERREIRA SOBRINHO - Todos nós aqui temos isso...

Senhores, era só isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, a Sr.^a Nétie Asvolinsque, Diretora da Recovery Clinic, amiga de longa data.

A SR^a NÉTIE ASVOLINSQUE - Boa-noite. Falarei rapidinho, porque todo mundo quer ir para casa dormir. De maneira que dois minutos está ótimo e suficiente! Está maravilhoso! Ótimo!

Aqui foi falado sobre a história, a verdade na história, perante a história, que muitos usavam, só que o uso era controlado. Não eram os jovens que usavam e usavam em cerimônias religiosas.

Esta é a primeira geração em que o jovem usa droga, é a geração cobaia. Por isso, nós não sabemos o que fazer. E uma coisa muito interessante até para a realização do nosso Estado: o primeiro programa de prevenção do Brasil, repito, o primeiro programa do Brasil foi realizado aqui em Cuiabá/Mato Grosso, daqui saiu o manual. O Dr. Zanizor participou, ele foi o primeiro psiquiatra a trabalhar num treinamento de professores do Brasil. Nós montamos aqui e demos treinamento para mais de cento e cinquenta professores. O Dr. Zanizor, o Dr. Josemar e eu fizemos e, então, saiu do Brasil para o mundo, de Cuiabá, Mato Grosso, para o Brasil e do Brasil para o mundo. (PALMAS). O primeiro, há mais de vinte anos, nós demos esse Programa, esse manual que nós começamos aqui em Cuiabá, hoje está em toda América Latina e com aprovação da UNESCO. Isso nasceu aqui em Cuiabá, Mato Grosso. De maneira que nós trabalhamos com a prevenção, há muitos anos, há mais de vinte

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

anos.

Programa de prevenção tem que ser feito na escola desde o jardim da infância até a terceira série do 2º grau, porque nós temos que ajudar essas crianças. Eu não vou fazer sermão aqui de como é que se faz. Mas para se fazer um programa de prevenção, você tem que ensinar a criança a olhar a mídia com senso crítico, saber lidar com a influência dos amigos, ter valores, metas, para ensinar essa criança a tomar decisão. É ensino e não é doutrina. O uso das drogas, a criança tem que saber tomar decisão. Dizer não, mas conhecendo todas as coisas, todas as oportunidades, todos os valores.

Quando chega um paciente na clínica, a primeira coisa que faz ele perde as metas.

Outra coisa, nós montamos a primeira clínica de drogas aqui em Mato Grosso que foi a primeira no Norte Oeste do Brasil. Não existia uma clínica deste lado do Brasil, e nós montamos no Pronto-Socorro de Várzea Grande. Isso há dez anos atrás, nós já fazíamos prevenção. Hoje, nós temos um cadastro de mais de sete mil, só de ambulatório, não estou falando da *Recovery Clinic* que é a nossa clínica particular, junto com o Dr. João Francisco de Campos montamos há mais de dez anos. Quando falaram para mim: não fala sobre droga, vão pensar que em Mato Grosso só tem drogado. Nós já montávamos clínica, nós estávamos adiantados mais de cinquenta anos do resto do Brasil aqui em Mato Grosso.

Então, eu gostaria que a Senhora, principalmente, Sr.^a Vereadora, eu fiquei triste quando eu vi isso aqui e que não tem a primeira clínica montada aqui em Mato Grosso. Foi lamentável, porque a nossa experiência, nós somos mais de dez profissionais, trabalhamos com uma clientela cujos pacientes vêm do Paraguai, da Bolívia para que possamos atender esses pacientes. A nossa clínica é uma clínica que recebe orientação da Universidade e Hospital da *Stanford*, na Califórnia. O Dr. João Francisco foi lá e aprendeu a lidar com os drogados, de maneira que não vamos inventar a roda, vamos trabalhar com os nossos drogados. Não adianta vir gente de outro Estado. Gente, nós estamos aqui, é nossa realidade e isso que é importante.

Eu gostaria só de fazer um convite: por favor, visitem a *Recovery Clinic*, nós teremos o prazer de passar esse conhecimento, de fazer com que todo o Estado tome conhecimento.

Nós podemos ser modelo para o Brasil, porque temos, aqui, pessoas capazes de fazer. Mas vamos fazer prevenção, desde o Jardim da Infância até a 3ª Série do 2º grau, aí, nós poderemos ser modelo do Brasil, primeiro Programa de Prevenção do Brasil, primeira Clínica de Droga do Norte ao Oeste do Brasil e o primeiro Estado a limpar as drogas do Brasil. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO ANTÔNIO MALHEIROS) - Com a palavra, o Dr. João Francisco.

O SR. JOÃO FRANCISCO DE CAMPOS - Boa-noite a todos, aqui, presentes.

Eu quero parabenizar essa oportunidade de estar aqui com vocês, porque essa comunicação é muito importante para que possamos tomar decisões e possamos, dessa forma, atender a essa terceira causa *mortis* no nosso País, que é a dependência química: a primeira é câncer, a segunda são as doenças cardiovasculares e, em terceiro lugar, vem a dependência química, que mais mata em nosso País.

Então, nós precisamos atender isso, porque é um problema, realmente, de saúde pública.

Eu estou aqui para dizer que eu sou João Francisco de Campos, um dos fundadores do primeiro ambulatório público com abordagem biopsicosocial, que é a abordagem mais moderna em tratamento de dependência química do mundo, não é nos Estados Unidos, mas no mundo. Além disso, sou fundador da primeira clínica de dependência química particular no Estado de Mato Grosso, ou seja,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

como a Nétie disse: nesse lado do Equador.

A experiência nossa é de dez anos atendendo a população mato-grossense e por que não dizer toda população da região Centro-Oeste e da região da Bolívia e do Paraguai.

A nossa experiência é brilhante! Nós queremos participar com vocês nessa luta, porque nós sabemos que existe muita dificuldade, uma vez que eu estou ouvindo falar em construir, em equipar, em treinar e capacitar, se nós já temos construído, treinados, capacitados e equipados. Por que não fazer um contrato imediato, sair da utopia e passar para uma realidade concreta? Porque todos os lugares que tenho procurado, inclusive, aqui, eu ouvi a Polícia Civil dizer que está trabalhando em escola, ajudando estudantes. Eu acho louvável! Mas eu acho que, em primeiro lugar, vamos tratar do policial civil. A gente sabe que na Polícia Civil não tem recurso para tratar nem o policial civil. Então, o policial civil tem que fazer tratamento dos seus próprios policiais que estão com problemas. Fazer programa de prevenção na empresa.

Aqui na Assembléia Legislativa, nós sabemos que têm muitos dependentes químicos e tem um Instituto aqui dentro e não tem convênio nem com a prevenção e nem para tratamento, e não tem recurso para cuidar dos próprios funcionários dentro desta Casa.

Ora, gente, vamos largar de discurso, vamos para a prática. Se nós temos uma equipe que investiu milhões e milhões em dinheiro para montar isso aqui em Mato Grosso, e a iniciativa privada nossa está indo para as “cucuias”. Nós sabemos disso. Porque vocês não se preocupam com nada na verdade. Discurso basta! Chega! Chega de discurso! Nós sabemos muito bem o que fazer com o dependente químico, e muito bem o que fazer para evitar que ele seja dependente químico.

E nós sabemos - eu posso até louvar o trabalho também daqueles outros militares que estão trabalhando nas escolas - mas eu não sou muito a favor, não. Quem tem que trabalhar com o aluno é o professor em sala de aula. É o professor que tem que trabalhar, e não o policial, porque até assusta o estudante dentro de sala de aula. Eu acho que quem tem que trabalhar com prevenção dentro de escola é o professor. E também nós temos que implantar programa de prevenção nas empresas.

Quando eu vi aquele Sr. Deputado falando em questão de exames toxicológicos, eu, enquanto médico do trabalho, eu sei que fazer exame, tudo bem, vamos fazer exame toxicológico, mas não para adolescentes. Exame toxicológico é feito para adulto e para as pessoas de risco. Piloto, por exemplo, tem que fazer exame toxicológico. Porque é inadmissível você entrar dentro de um avião e voar com um piloto drogado. Onde nós vamos parar? Na lua? Não está certo. E militar também. Militar tem que fazer, porque ele é nossa segurança.

Quando eu falo militar, não estou falando só do militar Exército. Eu estou falando de todos os militares. Polícia Civil, para mim, é considerado militar. Então, vamos fazer também o programa de prevenção lá na Polícia Civil. Vamos implantar isso, já. O policial civil não é para ficar dando treinamento e capacitação em escola, quem tem que treinar é o professor que está ali. Esse, sim, tem que fazer. Então, vamos falar coisas mais sérias, mais concretas, e usar quem sabe. Quem conhece a realidade de Mato Grosso, somos nós, mato-grossenses, os que estão aqui há muitos anos no Estado de Mato Grosso, isso é verdade. Não é buscar gente que conhece uma realidade, citar estatística. Eu tenho estatística! Você quer estatística? Eu tenho. De todo trabalho nosso desses anos todos, desses dez anos, eu tenho uma estatística. Eu tenho um trabalho que foi montado durante todos esses anos. Nós sabemos e conhecemos a realidade. E nós não vamos permitir, nós vamos abrir a boca a partir de agora e, falarmos o que está acontecendo em Mato Grosso.

Obrigado por esta oportunidade, Srs. Vereadores do Município de Cuiabá! Eu quero fazer um contrato com vocês para atender o Município de Cuiabá, porque nós atendemos muita gente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

de Cuiabá lá em nossa clínica, inclusive, muita gente sem condições até de pagar, porque o nosso coração ainda é muito grande. Só que chega o momento que esse coração começa a ter suas arritmias. Então, nós precisamos da colaboração de vocês, porque trabalhar, nós sabemos trabalhar e honestamente.

Então, é isso que eu tinha para dizer. Obrigado por esta oportunidade.

Aqui estão presentes só aqueles que realmente estão interessados. Tanto é que a platéia sumiu. Aqui veio muita gente só para fazer oba-oba. Os interessados estão aqui, são esses que têm que ser aproveitados para uma política coerente da área, não só de prevenção, mas também de tratamento de dependência química. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. BIBIANO NUNES FERREIRA SOBRINHO - Solicito a réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com todo prazer, mas no momento, para dar um ordenamento mais coerente, nós temos ainda um palestrante inscrito, o Dr. Lúcio de Abreu e Lima e depois o Deputado Amador Tut.

Com a palavra, o Dr. Lúcio de Abreu e Lima.

O SR. LÚCIO DE ABREU E LIMA - É um prazer muito grande. Agradeço o Presidente da Câmara, os Vereadores e os Deputados.

É uma noite de extrema felicidade para mim, porque estou falando para uma platéia muito reduzida, mas são os melhores, ficaram até o fim. É isso mesmo, são os mais interessados.

É uma noite de muita felicidade para mim, eu sou um livro, uma testemunha. Eu tenho 63 anos de idade, tenho que dizer isso mesmo. Eu acho que eu e o Zanizor, o meu querido colega, nós somos os mais velhos aqui talvez.

É uma felicidade extrema de ver o Cel. Mauro, um militar - nós tivemos uma época muito complicada em nosso País, eu fui talvez até um revolucionário - mas eu fico extremamente feliz de ver um militar falar de psicanálise e dizer que os argentinos colocaram seiscentos psicanalistas aqui.

Hoje, eu vou dormir muito bem porque o Senhor tem uma cabeça maravilhosa e eu não posso dizer outra coisa, senão isso, eu tinha que dizer isso porque eu sou psiquiatra, não sou psicanalista.

Eu gostaria de dizer, muito rapidamente, eu vou falar o que todo mundo já sabe. Todo mundo já sabe que nós gostamos das drogas, nós somos feitos de hidrocarboneto, a maioria das drogas é hidrocarboneto. Nós gostamos dele. Assunto encerrado.

Como a platéia está bem reduzida aqui, só tem maior de idade, vamos permitir alguma liberdade. Ninguém cheira cocô de cachorro em pó, não. Cheira droga porque gosta. Acabou! A droga é boa, o homem gosta da droga!

O meu colega de São Paulo, brilhante jovem, é médico, o Romano, falou de registro de bebida alcoólica desde a antigüidade. Eu cito um porre eventual, interessantíssimo que foi Noé. Noé tomou um porre, quando a arca chegou lá, plantou uma vinha e ficou nu. Está na Bíblia! Ficou nu e tinha três filhos. Javer, o que começou a gozar o pai que estava nu, foi banido e virou uma polêmica muito grande. É uma realidade!

O álcool é a droga principal, mas nós temos que pensar em algumas coisas. Algumas coisas têm que ser pensadas para nós não perdermos.

O ilustre representante da Justiça, o Desembargador falou que ele está de mãos atadas, o Estado moderno tem isso, tem o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Mas o Poder maior, o Poder maior é o Legislativo. Nem um outro Poder chega a ele, é o Legislativo. A responsabilidade dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Senhores é muito grande na elaboração das leis e de virgulazinhas, que veste um com as pequenas e menores que deixam a polícia sem condições e deixam o Juiz também sem condições de atuar. Nós, médicos, psicólogos, trabalhadores da saúde, somos bombeiros que vamos apagar incêndio. Mas o foco do incêndio será debelado se o Legislativo fizer leis suficientes. (PALMAS)

Eu me lembro, no meu tempo de jovem, fui ver o meu primeiro cigarro de maconha, no quinto ano de medicina, na aula de Medicina Legal. Ninguém conhecia maconha! Que maconha? Maconheiro? Maconheiro era como lobisomem, macobeba, era uma entidade horrível.

Muito bem, na aula de Medicina Legal, passamos todos na mesa, uma folhinha de maconha, um cigarrinho, nós passamos e o bedel dizendo assim: “Olha, isso é um cigarro de maconha! Isso é um cigarro de maconha.” Na minha turma éramos noventa e oito alunos, não conheci um único colega dependente de drogas.

Então, essa geração, que é cobaia, mas uma geração nossa, na sociedade, permitiu, com legislações fracas, com atitudes de contemporização, que a droga chegasse a esse ponto.

Eu sou do Estado de Pernambuco e, há menos de quinze anos atrás, sai com o meu filho até Paulo Afonso, fui a Morro do Chapéu, na Bahia, sem nenhum medo. Surpreendo-me com colega meu que diz que, há cinco anos atrás, foi andar de Salgueiro para Petrolina, a polícia disse: “Você não pode ir porque vai ser assaltado pelos traficantes.” Ninguém anda naquelas estradas do Nordeste, lá no Oeste de Pernambuco, sem proteção da polícia.

Então, eu trabalho no Hospital de Psiquiatria, sou psiquiatra há trinta e três anos, trato de psicóticos. Antigamente, eu tratava de psicóticos, mas, agora, eu trato de psicóticos e drogados.

Trinta por cento dos meus psicóticos que estudou psiquiatria, são drogados. Por que eles usam drogas? Porque todo mundo usa. Todo mundo usa.

Agora, não se tocou num ponto, aqui, importante. O colega da Faculdade de São Paulo, muito esclarecido, muito certo na questão, ele só me deixou, graças a Deus, uma coisinha para eu falar: As políticas públicas são importantíssimas, e quem faz a política pública é o Legislador. Ele faz a política pública e, aí, o Juiz cumpre a política, porque está na lei, e se ninguém quiser cumprir a lei, está ali o menino da farda para fazer a lei ser cumprida. Não tem desculpa.

A Inglaterra tem política de prevenção em que pegam os alunos das escolas, são políticas dramáticas - mas nós estamos diante de uma situação dramática - os levam para visitar prisões inglesas e pegam jovens que já estão lá há três, quatro anos e dizem: “Está vendo? Eu roubei, fiz isso, estou aqui há quatro anos preso.” Essas políticas de televisão, amenizante, educadinhas, isso não resolve nada não.

Outra coisa: quem financia droga? Esses pobres favelados do morro, esses miseráveis? Coisíssima nenhuma! Quem patrocina droga, quem alimenta droga é a classe média, é a classe rica. Para ela, tem que haver uma política decisiva, porque é quem tem dinheiro para comprar droga.

Aquele pessoal do Rio de Janeiro está levando tiro por todo canto, está pagando para levar tiro, porque aqueles pobres miseráveis do morro não têm dinheiro para comprar droga não, esses coitados vivem tapando o sol com a peneira. Alguém tem que dizer isso. Isso é uma realidade. Cabe ao legislador.

Os Partidos têm aquelas coisas de brigar, faz parte da política. Eu adoro a política, o pessoal “mete o pau” nos políticos, dizendo que não tem político sério. Tem dez por cento de políticos que não prestam, como tem em todo canto, em todas as praças, mas noventa por cento dos homens

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

públicos dedicam suas vidas ao trabalho, a isso, eles fazem aqueles conchaves, aquelas coisa, mas eles têm, eles gostam da política, é a missão deles, a minha é ser médico.

Eu estou feliz de ter vindo hoje à noite, feliz por ter ouvido o Capitão falar de psicanálise, da alma humana, de um local que nós, psiquiatras, não conseguimos. Isso é fundamental!

Mas é fundamental uma coisa. Por favor, ouçam. A minha mensagem é curta e grossa. O Estado moderno é esse: o Legislador que representa o povo; o Judiciário cumpre a lei, o Executivo é uma função até menor, porque ele executa o que a Câmara dos Deputados aprova. O Presidente quer fazer uma coisa, o Prefeito quer fazer, o Governador quer fazer, a Câmara fala: não! Ele não faz. Ele tem a caneta, nomeia um, nomeia outro, mas o Deputado... Vocês *impeachment* o Prefeito, o Presidente, o Governador, o Poder é muito grande. Quem deu este poder a vocês? O povo. Está! Volta! Então, a reflexão é esta, não há outra coisa a fazer.

Nós, psiquiatras, ricos, vivemos atendendo paciente lá, o que adianta tratar, tratar, tratar, eu não dou vencimento. O que adianta só tratar, eu não dou vencimento. Também não vem programa para treinar professores, não sei, não sei, o quê... A China vivia imersa no ópio. Peguem na locadora o filme *Quarenta e quatro dias em Pequim*, ver como era aquele País. Quintal de um, e o que é a China, hoje? O povo em política decide, tem ação contra isso. É uma realidade. Nós não podemos de maneira nenhuma permitir que a sociedade está se desfazendo. Nós só falamos aqui dos meninos irem à escola, temos que tratar o mal com todas as frentes. Temos que tratar o mal na permissão, não podemos matar aqueles que estão contaminados pela droga, não vamos matar ninguém, tem que tratar. Tem que tratar o drogado *light*, o drogado mais ou menos, o drogado que já está psicótico, tem que tratar esse também. Vai tratar onde? Onde vai tratar drogado doidão mesmo? Ele chega, é algemado lá. Não vem com conversa, não. Tem que encarcerar, abstinência forçada, não há quem segure, não. Essa é a realidade, não tem outra não.

Eu vou terminar a minha fala. Por favor, minha mensagem é uma só. Primeiro, felicidade, porque eu estou falando com os melhores. Este plenário poderia estar cheio aqui e ter “nego” atendendo celular e dormindo. Aqui não. Está todo mundo atento. Isso é uma felicidade. Ah, só tem trinta pessoas, muito bem!

Segundo, pelo Capitão Mauro vir e falar da alma.

O Senhor simplesmente hoje me deixou um homem feliz. Sinceramente eu agradeço. Preciso conhecer o Senhor. Só não vou chamá-lo para tomar uma cerveja, porque isso é um negócio “maludo”. (RISOS)

Terceiro, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, vocês vão ascender na carreira política. Vocês contaminem seus companheiros.

Pelo amor de Deus, leis. É o poder maior. Sem lei, sem política pública decidida, não adianta fazer encontro, simpósio, reuniãozinha, nada! Sem leis decisivas, nós não faremos nada. Para o Magistrado fica fácil. E o policial prende, se arrebenta, estressado - que eu sei o que é isso, porque eu tenho um cunhado que é da Polícia Federal - e o Juiz solta. O Juiz não solta, quem solta é o Deputado, é o Senador. Também não é questão de repreender. São políticas públicas! Vocês devem pedir auxílio ao Professor Marcos Romano, à equipe lá de Laranjeiras, em São Paulo. São pessoas altamente qualificadas que vão ajudar a assessorá-los na política pública em relação às drogas.

Essa é a minha fala. Eu estou extremamente feliz! Eu sou expansivo, eu sou um cara do Nordeste, falo assim mesmo, sou testemunha da vida. Eu tinha uma turma em Casa Forte, eram trinta pessoas, trinta jovens namorando as meninas, casavam e não sei o quê, não sei o quê. A única droga que nós consumíamos era Rum Bacardi, é o álcool, que é a pior droga. O álcool pegou três. Posso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

citar o nome, porque são três amigos meus, já falecidos: Verídio Taveira Leão, José Maurício Nascimento e José Carlos Nascimento. Os três morreram em decorrência do álcool. Só os três! Mas, naquela época, não havia maconha, cocaína, *crack* e nada disso. Se houvesse, à disposição daquela turma a maconha, a cocaína e o *crack*, teria sido só três? Respondam. Teria sido só três? Duvido, duvido, duvido! Metade deles estariam dizimados!

Os Senhores são os responsáveis por uma solução que venha disso. Esta reunião, espero que contamine alguém. Se daqui este pensamento se multiplicar uma vez, eu já estou muito feliz. É chavão de filósofo, de gente assim: Quando duas pessoas se encontram e trocam uma maçã, quando vão embora, cada um sai com uma maçã e quando duas pessoas se encontram e trocam idéias, eu saio com a minha idéia e a outra pessoa com a minha. E, hoje, principalmente, saio com a idéia do Coronel na cabeça, que me falou da alma.

Eu não pensei isso do Senhor, porque é aquela coisa maluca, eu ter sido perseguido por militar e achar que militar jamais teria sensibilidade para segurar uma rosa como o Senhor segurou hoje. Muito obrigado, muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Vocês podem até pensar que eu vou falar pouco, mas não! Quem mandou vocês terem ficado aqui e não terem ido embora. Vão ouvir eu falar agora!

Quando se fala em droga e álcool, parece que a pessoa fica até mais coisa... Que ele fala até sozinho.

Portanto, veio aqui quem antecedeu a senhora, disse que não ia falar muito e falou para danar. O João Francisco, então, nunca agitou tanto, nem para pedir voto para o irmão dele, como ele agitou aqui hoje. (RISOS) O nosso nordestino ali...

Eu peço ao Serviço de Taquigrafia que grave, e que fique registrado porque nós fazemos questão que a Assembléia Legislativa repita isso outras vezes. Podem até pensar que nós estamos sozinhos. Não estamos, não. Hoje, é transmitido para mais de vinte mil pessoas em Cuiabá, vocês podem ter certeza. Se não tem alguém assistindo, mas tem muita gente gravando. Então, a conversa aqui não vai ser em vão, não, vai ser muito proveitosa.

Eu quero parabenizar a Vereadora Enelinda Scala, parabenizar o Vereador João Malheiros, não tenho nenhuma palavra que pode antecipar ou fazer com que fique mais acalorado e mais vertiginosa porque já foi a mensagem. Mas faço questão que nós possamos repetir isso outras vezes.

Muito obrigado. A sociedade vai agradecer a nós todos. Felicidades a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu quero dizer para vocês o seguinte: eu tenho dezesseis anos de vida pública consecutiva. Tenho quatro eleições de vereador, sou Presidente da Câmara, convivo com vereadores de nove agremiações partidárias, num convívio extremamente bom, mas muito bem mesmo. Um pouco difícil isso, mas bem.

Estou aqui na Assembléia Legislativa, sentado nesta cadeira, e estou gostando... (RISOS). Falar como o meu companheiro do Nordeste lá, o poder nosso lá é o primeiro na escala de poderes. É aquele que fala com o povo diretamente, é aquele que atende muito mais, não que os Deputados não atendam, os Deputados são de várias regiões, evidentemente que cada um se preocupa com o quinhão deles. Nós não estamos aqui, somos eleitos por Cuiabá. E o Deputado Amador Tut, nosso amigo, nos dá essa satisfação muito grande em saber que hoje, nós, Professora Enelinda Scala,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

não estamos falando para esse povo aqui, para essa quantidade que está aqui, nós estamos também para mais de vinte mil pessoas.

Oxalá, todos possam nos ouvir, não a nós, enfim, a todos aqueles que muito bem explicitaram suas idéias. E, evidentemente, que em todas as coisas há controvérsias. E eu acho que é o momento de escutarmos também.

O Dr. Bibiano pediu para fazer uma réplica. Eu acho que é até democrático e salutar.

No meu entendimento, Vossa Senhoria tem direito a explicitar suas idéias para que possamos ter, aqui, aquela parte final que seria um debate.

Tem pouca gente, mas, aqui, no nosso Protocolo diz que num debate poderá dispor de três minutos para a exposição ou perguntas. Então, nós já estamos aqui, há tanto tempo, eu vim doente para cá. Eu tenho que registrar isso, quase não vim, mas a Professora Enelinda insistiu tanto, que eu estou com problema no nervo ciático, aqui, que não sei se encosto, se vou, a dor é terrível, mas a eloquência dos discursos e a importância do evento foi maior do que o mal-estar passageiro que nós estamos sentindo.

Portanto, Dr. Bibiano, Vossa Senhoria tem três minutos, mas gostaríamos que fosse mesmo preciso nisso para que possamos realmente terminar isso aqui com chave de ouro depois.

Com a palavra, o Dr. Bibiano.

O SR. BIBIANO NUNES FERREIRA SOBRINHO - Só gostaria de combater o nobre médico, Dr. Francisco Campos.

Eu não sou “pau-rodado”. Estou em Mato Grosso há vinte anos. Graças a Deus fui agraciado com o Título de Cidadão Mato-grossense.

Se, além de fazer o meu trabalho da repressão, faço o da prevenção, porque eu tenho cursos, capacidade e coerência para isso.

A nossa Polícia Civil não tem que fazer contrato com clínicas particulares, com ninguém Isso é dever do Governo do Estado. Se tiver que fazer com alguma clínica particular, é o Governo que tem que fazer, porque a Polícia Civil não tem dotação orçamentária.

Se a nossa Polícia Militar faz a prevenção, é porque ela tem homens capacitados para isso. Não basta querer! Você tem que amar aquilo que faz. Eu amo a minha profissão! Estou, hoje, aqui, saí de casa às 06:30 da manhã, para dar aula; dei aula até às 12:30 horas; fui em casa, troquei a roupa, fui trabalhar até às 17:30 horas, para não chegar atrasado aqui. Querem virar a noite, aqui, discutindo? Vamos discutir!

O Senhor se esqueceu de citar também - como sempre, todo mundo fala, só “mete o pau” na Polícia, eu sei que tenho dentro da minha organização elementos dependentes da parte química de drogas e álcool - mas o Senhor se esqueceu de citar também que na sua área nós temos o maior índice de médicos viciados em drogas. Médico é o “deus”, a Polícia é o bandido. Nem sempre! Existe um corporativismo maior entre os médicos, porque ele mata e é absolvido pelos seus pares. Se eu matar em serviço, eu sou condenado pela Justiça e pela sociedade.

Então, quero dizer para o Senhor, Doutor, se eu estou aqui neste Estado, agradeço o apoio que eu recebi. Tenho Título de Cidadão Mato-grossense e tenho duas filhas cuiabanas. Fiz questão por ser mineiro registrar as minhas filhas por aqui. Aqui nós temos a Prof.^a Enelinda que não é mato-grossense, é paulista, o nobre companheiro conterrâneo é mineiro, o Deputado Amador Tut,...

(O SR. DEPUTADO AMADOR TUT FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL)

O SR. BIBIANO NUNES FERREIRA SOBRINHO - Quarenta anos! Vai ficar mais quantos?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

(O SR. DEPUTADO AMADOR TUT FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL)

O SR. BIBIANO NUNES FERREIRA SOBRINHO - E eu também. Era só isso, muito obrigado. (PALMAS)

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, eu pedi a palavra, pela Ordem, porque eu gostaria que retirasse da Taquigrafia a réplica do representante, porque aqui nós estamos tratando de um ambiente para o bem-estar, e tendo réplica já, porque nós não poderemos dar para os outros e não poderemos levar. Gostaria que fosse retirado. Eu estou pedindo ao Presidente para tirar do serviço de gravação.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, a Vereadora Enelinda Scala.

A SR^a ENELINDA SCALA - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Dr. Campos e também à Sr.^a Nétie Asvolinsque que nós achamos da maior importância a participação dos Senhores e sentimos muitíssimo. Gostaria que os Senhores estivessem estado conosco na construção da Sessão e lamentamos bastante. E nós esperamos corrigir isso.

Convidamos todos que aqui ficaram conosco até agora, mas justificamos também muitos que não estão, pois são pessoas extremamente comprometidas que colaboraram muitíssimo, esse grupo todo.

A Prof.^a Enelinda é da área da Saúde, sou Sanitarista, mas não sou especialista, Sr Presidente. Precisei da ajuda de muitos companheiros que foram agregando para estarmos informando quais são as pessoas que trabalham, quais são os grupos, etc. Conheço muito de perto o sofrimento, porque faço parte do Amor Exigente, conheço muito de perto. E fomos agregando e juntando as pessoas. Por isso, eu estou dizendo que todos que aqui estão e aqueles que participaram deste acontecimentos são muito importantes e nós queremos continuar com esse trabalho. Já está marcado para o dia 1º de julho, após os eventos que o CONEM está promovendo agora, nesta semana de prevenção, de combate às drogas. Nós vamos nos reunir na UNESCO, que já cedeu o local, na segunda-feira, às 07:30 horas. Tem outra instituição que já ofereceu, Vereador João Malheiros, que é o Conselho Tutelar, tem o Siminino, com o meu querido amigo, que ficou todo tempo iluminando, nos ajudando, mostrando caminhos, tanto quanto as minhas companheiras do Amor Exigente, nos dando a luz. Então, tem o Conselho, tem a luta para a instalação dos Conselhos Municipais, mas o grupo quer continuar a se encontrar de uma maneira, não assim formalizada, mas todos querem continuar a se encontrar para que nós possamos trocar informações. Então, nós temos que nos conhecer e eu quero dizer, quantos dessas instituições que foram chegando que não se conheciam mutuamente, que nós não conhecíamos. A Polícia Militar mesmo, por exemplo, ela já se comprometeu neste primeiro encontro a estar treinando, tem o PROERD. Tem um outro programa de carrear recursos, inclusive a Polícia Militar já se dispôs a informar para todas essas instituições não-governamentais e para as próprias instituições governamentais como construir os projetos para buscar recursos, porque o que nós queremos, Vereador João Malheiros é que tenha agora dinheiro, diz que tem dinheiro considerável em nível federal, mas que as pessoas não vão lá pegar, porque não faz os projetos. Ora, nós queremos que todas as instituições que estão aqui no Estado de Mato Grosso nessa luta, trabalhando às vezes, isoladamente, possam conhecer, possam ter essa possibilidade, não só as governamentais, mas as não-governamentais de também conquistar recursos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR O TEMA “DROGAS E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2002, ÀS 18:30 HORAS.

Então, eu sinto que nós estamos fazendo trocas. A Senhora e o Senhor são pioneiros e os meus respeitos.

Essa troca, tudo que está aqui nós vamos registrar, eu sinto assim. Quando teve um congresso em Sorriso, eu conheci umas dez pessoas das mais variadas regiões do Brasil, de Goiânia, de Brasília, de São Paulo, todas vieram para cá para estar somando, juntando, foi o Conselho Estadual que as convidou e elas foram para Sorriso.

Então, eu sinto, Vereador João Malheiros, que esta luta é tão dura, ela é tão doída para a sociedade que nós temos todos que nos dar as mãos. Todos, independentes de Partido político, independente das organizações, temos que nos dar as mãos mesmo. Sinto que se nos dermos as mãos como nos deram, hoje, aqui, com o coração, nós vamos caminhar, e nós vamos conseguir, porque eu já tenho experiência de vida nos meus cinquenta anos e algumas coisas, mas eu conto, nos meus cinquenta e cinco anos, eu posso contar para todo o Estado que vale a pena ter utopias. Já vivi outras utopias e quando a gente pensava que nunca poderia acontecer nada, que aquilo era um absurdo, é maluquice! É como estarmos hoje aqui, e muitos que estão em casa nos assistindo, pensando como enfrentar esse mundo da droga, como enfrentar o crime organizado, como enfrentar os traficantes, como enfrentar a falta de recurso, como enfrentar essa dureza que os nossos queridos psiquiatras mostraram, a dificuldade de recuperar um doente. Mas nós temos que acreditar que isso é possível, que isso é possível. Temos que acreditar. Eu acredito! E eu acho que todos que estão aqui também acreditam.

Então, esta Sessão Especial foi um chamamento, e mesmo quem não veio aqui, mas que está nos assistindo, vai se agregar a nós. Nós vamos nos conhecer mais, estar divulgado mais todas as instituições, todos nós juntos. E aí, todo esse povo, difícil para nós, vai saber que nós não estamos sozinhos, que nós estamos juntos. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (JOÃO ANTONIO MALHEIROS) - Encerando esta Sessão Especial, agradecemos a presença de todos e convidamos para que, solenemente, em pé, ouçamos o Hino de Mato Grosso.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO ANTONIO MALHEIROS) - Declaro encerrada a presente Sessão Especial.

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta